



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

**CENTRO DE DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO DE FINANÇAS
CEDSI**

**RELATÓRIO ANUAL DE ACTIVIDADES E DE EXECUÇÃO
FINANCEIRA**

2010

MAPUTO, MARÇO DE 2011

Controlo da Revisão do Relatório

Versão	Descrição da Versão	Data de Revisão	Autor
Versão 1	Conclusão da Elaboração inicial	15/02/2011	Muntaz Adam
Versão 1.1	Correcção e Edição	28/02/2011	Muntaz Adam/Florência Suamade/Virginia Videira
Versão 1.2	Inclusão do Relatório Financeiro	05/03/2011	Manuel Artiel/ Muntaz Adam
Versão 1.3	Revisão Final	31/03/2011	Dr. Augusto Sumburane /Conselho de Direcção

Lista de Distribuição do Relatório

Distribuído a:	Data
Sua Excelência o Ministro das Finanças	
Sua Excelência o Vice-Ministro das Finanças	
Exmo. Senhor Secretário Permanente do Ministério das Finanças	
Directores Nacionais e Directores Nacionais Adjuntos do Ministério das Finanças	
Membros do Comité de Parceria do SISTAFE	
Director Geral da UTRESP	
Director Geral do CEDSIF	
Directores Gerais Adjuntos do CEDSIF	
Directores de Serviços do CEDSIF	
Chefes dos Departamentos Centrais do CEDSIF	

ÍNDICE

CONTEXTUALIZAÇÃO	7
SUMÁRIO EXECUTIVO	9
1 PILAR 1. DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL E GESTÃO DOS RECURSOS HUMANOS	12
1.1 DEFINIÇÃO DA ACTUAÇÃO DO CEDSIF E GESTÃO DA MUDANÇA ORGANIZACIONAL	12
1.2 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E OPERAÇÃO DE TI	12
1.3 MELHORIAS NO MÓDULO DE ELABORAÇÃO ORÇAMENTAL (MEO)	21
1.4 ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE UM PLANO MESTRE DE INVESTIMENTOS DE TIs (PLATAFORMA DE TIs) 21	
1.5 DEFINIÇÃO DA RESPONSABILIDADE DE COORDENAÇÃO GERAL DAS REFORMAS DE GESTÃO DAS FINANÇAS PÚBLICAS	22
2 PILAR 2: DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE GESTÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS	23
2.1 VISÃO DAS FINANÇAS PÚBLICAS	23
2.2 MÓDULO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO	23
2.3 MÓDULO DE SALÁRIOS E PENSÕES	24
2.4 MÓDULO DE GESTÃO DO PATRIMÓNIO DO ESTADO	24
2.5 E-TRIBUTAÇÃO	24
3 PILAR 3: MELHORAR AS PRÁTICAS NA GESTÃO DAS FINANÇAS PÚBLICAS AO NÍVEL SECTORIAL TERRITORIAL E INSTITUCIONAL	25
3.1 SISTEMA DE GESTÃO MUNICIPAL (MUNICÍPIO DE MAPUTO E P13)	25
3.2 PROJECTO DE JANELA ELETRÓNICA ÚNICA DO TURISMO (JUTUR)	25
3.3 PROJECTO SISTEMA NACIONAL DE GESTÃO DE CUSTOS DE CONSTRUÇÃO (SINAGEC) – MOPH	25
3.4 SISTEMA DE GESTÃO DE BENEFICIÁRIOS (SGB) - INAS	26
4 ANEXOS	27
4.1 ACÇÕES CORRECTIVAS DAS AUDITORIAS FINANCEIRA E DE CONFORMIDADE	27
4.2 MATRIZ DE IMPLEMENTAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DE AUDITORIA DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO DE 2010	28
4.3 PONTO DE SITUAÇÃO DAS FUNCIONALIDADES NUCLEARES DO E-SISTAFE A 31 DE DEZEMBRO DE 2010	35
4.4 PROCESSO DE AQUISIÇÃO DAS APLICAÇÕES PARA OS MÓDULOS DE SALÁRIOS E PENSÕES, E-TRIBUTAÇÃO, PROCUREMENT	46
5 APÊNDICE -RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO CEDSIF – 2010	50
5.1 INTRODUÇÃO	50
5.2 ORÇAMENTO	51
5.3 DOTAÇÃO DESCENTRALIZADA	53
5.4 DESEMBOLSOS	54
5.5 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DOS PROJECTOS EM 2010	56
5.6 FLUXO DE CAIXA	66
5.7 VALORES EM DÍVIDA	69
5.8 ANÁLISE PROGRESSIVA DA EXECUÇÃO DO CEDSIF	70

ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: EXECUÇÃO TOTAL POR VD SOBRE DESPESA TOTAL	13
GRÁFICO 2: EVOLUÇÃO PERCENTAGEM DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS (PAS) DE VD E DE AFU DE 2008 A 2010	14
GRÁFICO 3. EXECUÇÃO PELA VIA DIRECTA DE CADA CATEGORIA DE DESPESA /TOTAL DA DESPESA DA CATEGORIA	15
GRÁFICO 4: SALDOS DA CUT	16
GRÁFICO 5: NÚMERO DE CONTAS BANCÁRIAS NO SISTEMA FINANCEIRO	17
GRÁFICO 6. ANÁLISE COMPARATIVA DO NÚMERO DE OPS PROCESSADAS E O TOTAL DE OPS EMITIDAS	18
GRÁFICO 7: MÉDIA DIÁRIA DAS TRANSACÇÕES PROCESSADAS NO E-SISTAFE POR ANO	18
GRÁFICO 8. EVOLUÇÃO DAS DESPESAS ATRAVÉS DA CUT	19
GRÁFICO 9. ORÇAMENTO, DESEMBOLSOS, EXECUÇÃO	66

ÍNDICE DE TABELAS

TABELA 1. PILARES, COMPONENTES, PROJECTOS	50
TABELA 2. ORÇAMENTO INICIAL EM USD	51
TABELA 3. ORÇAMENTO INICIAL/ORÇAMENTO REVISTO EM MT E USD	52
TABELA 4. DOTAÇÃO DESCENTRALIZADA PARA AS DPPFS	53
TABELA 5. DESEMBOLSOS	54
TABELA 6. DESEMBOLSOS (CONT)	55
TABELA 7. EXECUÇÃO DE 2010	57
TABELA 8. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL NA REESTRUTURAÇÃO (P1-RUC-RES)	58
TABELA 9. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL NA OPERAÇÕES DE TI (P1-RUC-OTI).	59
TABELA 10. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL NO PROJECTO REFORÇO A COORDENAÇÃO DA GFP (P1-RCG-RCG)	60
TABELA 11. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL NO MÓDULO DE PATRIMÓNIO DE ESTADO (P2-ADQ-MPE)	61
TABELA 12. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL NO MÓDULO DE SALÁRIOS E PENSÕES (P2 – ADQ - MSP)	62
TABELA 13. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL NO E-TRIBUTAÇÃO (P2 – ADQ – ETR)	63
TABELA 14. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO SISTEMA DE GESTÃO DE RH (SGRH)	64
TABELA 15. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL POR CATEGORIAS	64
TABELA 16. EXECUÇÃO DAS DPPFS	65
TABELA 17. FLUXO DE CAIXA	66
TABELA 18. FLUXO DE CAIXA - 1	68
TABELA 19. VALORES EM DÍVIDA	69
TABELA 20. FLUXO DE CAIXA PROGRESSIVO	70

ACRÓNOMOS

APB/PAO	Action Plan and Budget /Plano de Actividades e Orçamento
AFU	Adiantamento de Fundos
AT	Autoridade Tributária
BM	Banco de Moçambique
CAF	Cadastro dos Funcionários e Agentes do Estado
CAP	Cadastro dos Pensionistas e Rendistas do Estado
CD	Centro de Dados
CEDSIF	Centro de Desenvolvimento de Sistemas de Informação de Finanças
CFMP	Cenário Fiscal de Médio Prazo
CGE	Conta Geral do Estado
CIRESP	Comissão Interministerial para Reforma do Sector Público
CPD	Centro de Processamento de Dados
CUT	Conta Única do Tesouro
CUT-ME	Conta Única do Tesouro em Moeda Externa
DAS	Departamentos de Apoio ao SISTAFE
DNCP	Direcção Nacional da Contabilidade Pública
DNO	Direcção Nacional do Orçamento
DNT	Direcção Nacional do Tesouro
DPPFs	Direcção Provincial do Plano e Finanças
EFGP	Estatuto Geral dos Funcionários Públicos
e - SISTAFE	Sistema de Administração Financeira do Estado (sistema electrónico)
e- TRIBUTAÇÃO	Rede de Arrecadação de Receitas
IAs	Instituições Autónomas
IGF	Inspecção Geral de Finanças
IMF/FMI	Fundo Monetário Internacional
INE	Instituto Nacional de Estatística
IRPS	Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares
MAE	Ministério da Administração Estatal
MEO	Módulo de Elaboração do Orçamento
MEX	Módulo de Execução Orçamental
MF	Ministério das Finanças
NUIT	Número Único de Identificação Tributária
OE	Orçamento do Estado
PARPA	Plano de Acção para Redução da Pobreza Absoluta
PAs	Processos Administrativos

PBCP	Plano Básico de Contabilidade Pública
PC	Comité de Parceria
PES	Plano Económico Social
PQG	Plano Quinquenal do Governo
QAG	Grupo de Garantia de Qualidade do SISTAFE (Quality Assurance Group)
SISTAFE	Sistema de Administração Financeira do Estado (Lei)
UTRESP	Unidade Técnica da Reforma do Sector Público
VD	Via Directa

CONTEXTUALIZAÇÃO

Em 2001 o Governo iniciou a implementação de uma estratégia abrangente de reforma do sector público, a qual integra o programa de modernização da administração financeira do Estado. Neste contexto, o Ministério de Finanças (MF) criou, em 2002, a Unidade Técnica de Reforma da Administração Financeira do Estado (UTRAFE), um órgão sob sua tutela, com o objectivo de conceber, desenvolver e monitorar a implementação do Sistema da Administração Financeira do Estado (SISTAFE).

Assim, desde 2002, a UTRAFE levou a cabo essa reforma, em coordenação com as diversas unidades orgânicas do Ministério das Finanças, tendo sido já concebidos desenhados, desenvolvidos e implementados vários componentes ou funcionalidade e módulos do e-SISTAFE, que constituem um sistema totalmente integrado de gestão financeira do Estado.

A reforma do SISTAFE tem sido implementada com ajuda coordenada dos Parceiros de Cooperação e um forte compromisso do Governo. Neste sentido, a segunda fase do programa iniciou em meados de 2006 com a assinatura de um Memorando de Entendimento entre os Parceiros Internacionais e o Governo de Moçambique, no qual se baseou o Plano de Acção e Orçamento da UTRAFE para o período 2006 a 2009.

Entre 2006 e 2009, registaram-se resultados tangíveis no âmbito da implementação do SISTAFE, pois, durante este período observou-se uma viragem marcante no processo de reforma iniciado em 2002, resultando na efectiva implementação dos subsistemas do SISTAFE e actividades posteriores e sua consolidação.

Garantir a continuidade das reformas iniciadas constituíram uma das prioridades da UTRAFE, razão pela qual o PAO 2010-2012, elaborado após a avaliação feita ao PAO 2006-2009, priorizou como acções a realizar no triénio seguinte, integradas em 3 grandes pilares que incluem a reorganização da UTRAFE, para responder aos desafios do triénio, melhorias nos módulos e funcionalidades existentes e o reforço da infra-estrutura de TIs para responder melhor aos anseios dos clientes.

No que se refere à reestruturação da UTRAFE e do CPD, a actividade desenvolvida ao longo do ano foi de preparar a legislação para a criação de uma nova estrutura, que integrasse aquelas duas instituições. É assim que, a 30 de Agosto de 2010, através do Decreto nº 30/2010, o Conselho de Ministros criou o CEDSIF- Centro de Desenvolvimento de Sistemas de Informação de Finanças.

Criado o CEDSIF, a preocupação da sua Direcção foi de iniciar o processo da sua organização administrativa, nomeadamente a implementação da sua estrutura orgânica, a indicação de quadros

dirigentes, a redistribuição do pessoal e a preparação do Plano de Actividades e Orçamento para 2011, criando assim as condições mínimas necessárias para o seu funcionamento.

Considerando que de acordo com o referido Decreto, o CEDSIF, tem como uma das suas atribuições a coordenação das reformas no âmbito da Gestão das Finanças Públicas, nos últimos meses do ano prestou-se particular atenção a revisão da Visão das Finanças Públicas, cuja aprovação se espera venha a ocorrer no primeiro semestre de 2011.

Foi neste contexto, que se desenrolou o ano de 2010, de cuja actividade se apresenta no presente relatório de execução do PAO 2010, e na base do qual já foi apresentado e aprovado o PAO para 2011.

SUMÁRIO EXECUTIVO

O PAO 2010 apresentava, como principais pilares de intervenção, o desenvolvimento organizacional e gestão dos Recursos Humanos nos órgãos centrais, o desenvolvimento do sistema de gestão das Finanças Públicas e a melhoria das práticas na gestão das Finanças Públicas ao nível sectorial, territorial e institucional.

Para cada um dos pilares acima mencionados, que estavam subdivididos em componentes, destacavam-se como principais actividades realizadas em 2010, a reestruturação da UTRAFE e criação de uma instituição capacitada para responder aos desafios do futuro, a expansão do e-SISTAFE, a introdução de melhorias nos módulos existentes e desenvolvimento de novas funcionalidades, a elaboração de um Plano Mestre de TIs com vista a criar uma função de Operação de TI mais eficiente e confiável, o reforço da capacidade de coordenação e monitoria da implementação da reforma, o aperfeiçoamento e desenvolvimento da gestão de todos os processos, metodologias e aplicações do sistema de Finanças Públicas.

Como poderá ser constatado no Relatório que a seguir se apresenta, a reestruturação da UTRAFE acabou ultrapassando as expectativas com a criação do CEDSIF, instituição sob tutela do MF, que tem como principal objecto a modernização dos processos de Finanças Públicas e os outros processos associados em todos os órgãos e instituições do Estado e a prestação de serviços especializados em tecnologias de informação, facto que permitiu extinguir as duas instituições antecessoras, nomeadamente a UTRAFE e o CPD, que tinham no seu conjunto quase que o mesmo objecto.

Após a criação do CEDSIF, as actividades desenvolvidas neste âmbito centraram-se na organização da nova estrutura nos moldes em que foi aprovada, foi efectuada a afectação e distribuição dos recursos humanos, e a nomeação de dirigentes para os seus vários Serviços e Departamentos e a preparação do PAO para 2011.

No que se refere a expansão do e-SISTAFE, no ano de 2010, foram abrangidos mais 21 distritos, passando a totalizar 73 distritos a operarem no e-SISTAFE, isto é 56% do universo de distritos, e mais 31 instituições a nível central e provincial, passando a totalizar 100 instituições a operar no e-SISTAFE.

Os resultados desta expansão podem ser verificados na evolução da execução da despesa por via directa em relação a despesa total executada, cujas taxas de crescimento têm evoluído da seguinte forma: (i) 20 % em 2008; (ii) 29% em 2009 e (iii) 37,5% em 2010. Por seu turno, a média diária

das transacções processadas também cresceu de 941 em 2008, para 1.554, em 2009, e 2.415 em 2010.

O plano de 2010 previa a elaboração do Plano Mestre de Investimentos em TIs. Este trabalho foi iniciado em 2010, mas só teve a sua conclusão na reunião da aprovação do PAO de 2011 nos primeiros meses de 2011. Os resultados do mesmo já foram, inclusivamente, apresentados aos Parceiros de Cooperação, pois a sua implementação depende do financiamento adicional ao Orçamento do CEDSIF.

Mereceu também atenção em 2010, a implementação das constatações da auditoria às TIs, constantes do relatório disponibilizado no terceiro trimestre, o qual revelou que as diversas componentes da infra-estrutura tecnológica de suporte ao e-SISTAFE encontram-se em diferentes níveis de maturidade no que diz respeito à eficácia dos controlos de segurança implementados, desde os controlos existentes ao nível do Centro de Dados, que se revelaram bastante eficazes, até aos controlos ao nível de algumas aplicações que apresentam algumas fragilidades.

Para assegurar a fiabilidade e integridade dos dados introduzidos no sistema, foi feita uma auditoria por técnicos do CEDSIF em 44 unidades, ao processo de criação de novos utilizadores no e-SISTAFE, atribuição de perfis dos utilizadores, alteração de senhas, desbloqueio de senhas, com o propósito de avaliar o nível de cumprimento dos procedimentos estabelecidos para o efeito.

No âmbito da coordenação das reformas, estava prevista para o ano 2010 a disponibilização de relatórios específicos para utilização pelos sectores, tendo em conta as especificidades de cada um. A maioria destes relatórios já se encontra disponíveis para atender a necessidades dos utilizadores do sistema, relativamente à execução da despesa e das direcções para o controlo de execução de suas tarefas. Para além de terem sido desenvolvidos e entregues relatórios para atender especificamente a Inspeção Geral de Finanças (IGF), foram iniciadas discussões com o Tribunal Administrativo (TA) para o desenvolvimento de relatórios de modo a atender a necessidade das Contas de Gerências das Unidades Orgânicas do Estado.

Ainda em 2010, iniciou-se a revisão do documento da Visão das Finanças Públicas, considerando a sua importância para o desenvolvimento futuro das actividades do CEDSIF. Espera-se que esta revisão possa estar pronta para análise pelos vários actores, instituições de Estado, sociedade civil e parceiros bem como a consequente submissão ao Conselho de Ministros no primeiro semestre de 2011.

No que se refere ao desenvolvimento dos módulos, foi concluída a funcionalidade do cálculo da folha de salários (e-folha) e o início do pagamento de salários via e-folha, que abrangeu em 2010

as instituições a nível central num total de 22, isto é, 8,60% em relação a despesa total de salários realizada ao longo do ano.

Foi também concluída, a funcionalidade para registo dos bens patrimoniais relativo ao inventário de raiz realizado neste ano mas sujeito a melhorias para acréscimo de mais funcionalidades.

No que tange ao módulo do e-Tributação foi assinado o Memorando de Entendimento entre a Autoridade Tributária de Moçambique (AT) e o CEDSIF, tendo sido criado o Gabinete do Projecto e nomeada, pelo Presidente da AT, a Coordenadora do Projecto. Ao longo do ano foi também elaborado o Manual de Procedimentos de Execução Financeira, efectuada a revisão da arquitectura da infra-estrutura tecnológica elaborado o Plano e Orçamento do projecto e-Tributação para o período de 2010-2013.

Por outro lado, e no âmbito do módulo de Gestão da Informação, teve inicio a definição de especificações para a elaboração dos Balanços Orçamental, Financeiro e Patrimonial e foram ainda iniciados estudos para o desenvolvimento de relatórios “Busines Intelligence”, a partir das informações disponíveis no sistema.

Deu-se continuidade ao apoio que o CEDSIF está a prestar ao INAS, MITUR, MOPH e Municípios na preparação das suas aplicações informáticas.

Em termos financeiros, em 2010 a execução total do CEDSIF foi de **13,128,322.71 USD** correspondente a **75.61%**, tendo a restante parte transitado para 2011 devido principalmente ao atraso verificado no inicio da implementação dos módulos e-Património e Gestão de Informações, bem como da implementação dos projectos relativos ao Plano Mestre de Investimentos, Desenvolvimento de Recursos Humanos e Reforço da Coordenação da Gestão de Finanças Públicas.

1 PILAR 1. DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL E GESTÃO DOS RECURSOS HUMANOS

COMPONENTE 1: REESTRUTURAR A UTRAFE (E O CPD) A FIM DE CRIAR UMA FUNÇÃO DE OPERAÇÃO DE TIs MAIS EFICIENTE, COM MELHORES SERVIÇOS E MAIS CONFIÁVEL

1.1 DEFINIÇÃO DA ACTUAÇÃO DO CEDSIF E GESTÃO DA MUDANÇA ORGANIZACIONAL

No terceiro trimestre de 2010, por Decreto nº 34/2010, de 30 de Agosto, o Conselho de Ministros extinguiu o Centro de Processamento de Dados (CPD), e criou o CEDSIF – Centro de Desenvolvimento de Sistemas de Informação de Finanças, instituição com autonomia administrativa que integra as funções do CPD. Quase em simultâneo, por despacho do Ministro das Finanças, datado de 6 de Setembro de 2010, foi extinta a UTRAFE e transferidos todos os seus activos e passivos para o CEDSIF. A Direcção do CEDSIF foi nomeada por despacho do Ministro, de 6 de Setembro de 2010.

No âmbito da transformação organizacional, o novo corpo directivo do CEDSIF elaborou um plano para tornar efectivo o processo de transição do CPD e UTRAFE, com todos os seus activos e passivos, para o CEDSIF. Este processo foi gradual, na medida em que foram levadas a cabo acções de preparação tanto ao nível jurídico-legal, como técnico e institucional, sendo de destacar a elaboração e aprovação do Estatuto Orgânico, Quadro das Carreiras e Remunerações e do Pessoal e o Regulamento Interno do CEDSIF.

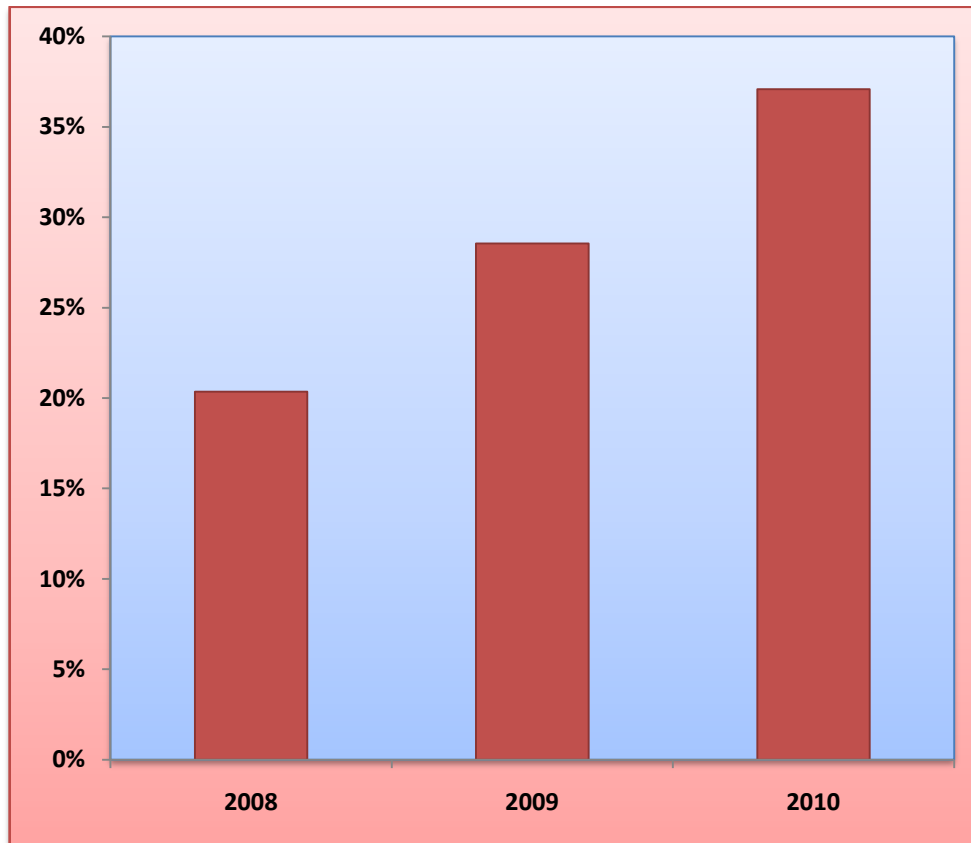
1.2 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E OPERAÇÃO DE TI

1.2.1 Operação Contínua do e-SISTAFE

As actividades realizadas em relação à operação contínua do e-SISTAFE espelham-se na execução orçamental e na massificação do pagamento de despesas através da Via Directa (VD). O maior indicador de desempenho da execução orçamental é a extensão do processo de expansão do e-SISTAFE a todos os órgãos e instituições do Estado ao nível central, provincial e distrital, incluindo as instituições autónomas, bem como a manutenção e aperfeiçoamento das funcionalidades do sistema.

A evolução da execução da despesa por via directa, em relação a despesa total executada, apresentou um crescimento anual de 20 % em 2008, para 29% em 2009 e 37,5% em 2010, o que corresponde às metas previstas. (vide gráfico 1 abaixo).

Gráfico 1: Execução Total por VD sobre despesa total

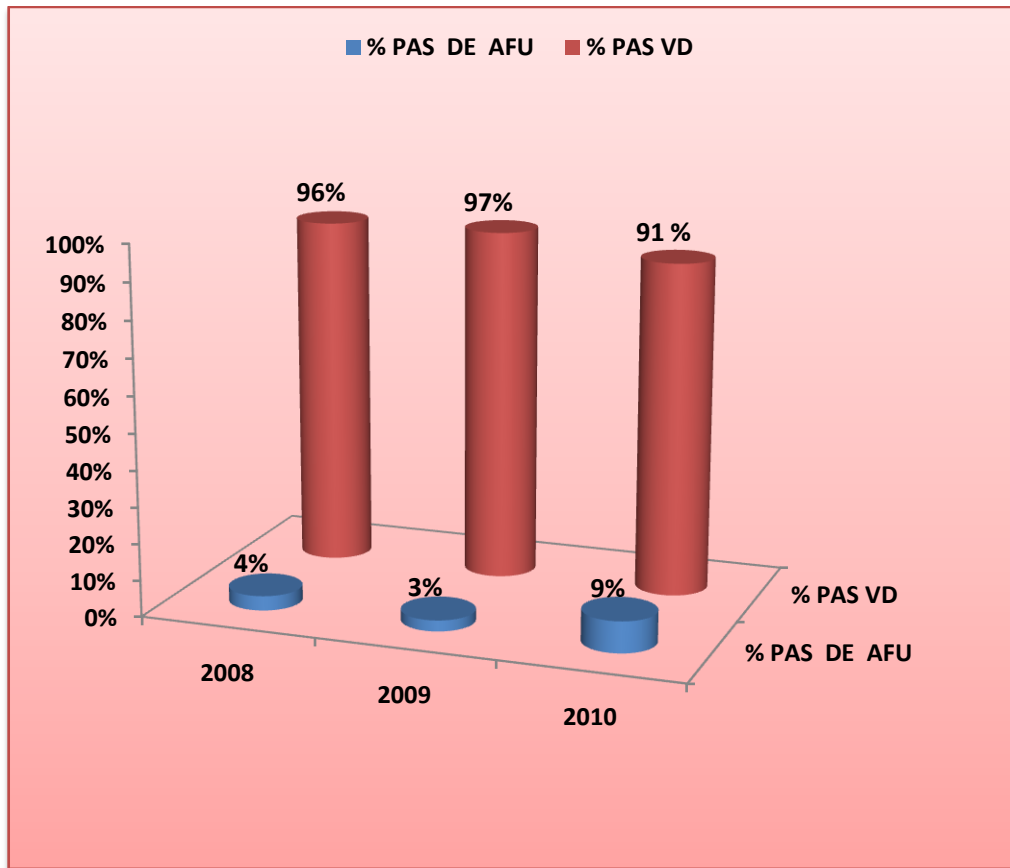


a) Uso da Via Directa Pelas UGEs Sectoriais

A execução da despesa pela via directa nos sectores já descentralizados apresenta-se superior à execução por adiantamento de fundos entre 2008 e 2010. Isto é demonstrado pela percentagem de Processos Administrativos (PAs) abertos no sistema para execução de despesas pela via directa entre 2008 e 2010 (vide gráfico 2 abaixo).

No ano de 2010, verificou-se um decréscimo de cerca de 6% em relação a 2009, explicado pelo facto de neste ano terem sido criadas novas UGBs a operar no SISTAFE, bem como pelas melhorias que se registaram na organização dos sectores que não acumularem PAs para o fim do ano organizando-os ao longo do ano, à medida que o orçamento foi sendo executado.

Gráfico 2: Evolução Percentagem de Processos Administrativos (PAs) de VD e de AFU de 2008 a 2010



b) Execução por VD de cada categoria de Despesa /Total da despesa da categoria

O incremento do uso da via directa pelas UGEs sectoriais influenciou positivamente os resultados da execução pela mesma via por todas as categorias de despesa. (vide gráfico 3 abaixo).

No que concerne à execução da despesa de funcionamento, não se registaram grandes alterações motivados pela não implantação, de forma plena, do e-folha, visto que as despesas de pagamento de salários e pensões representam cerca de 45% do total das despesas de funcionamento.

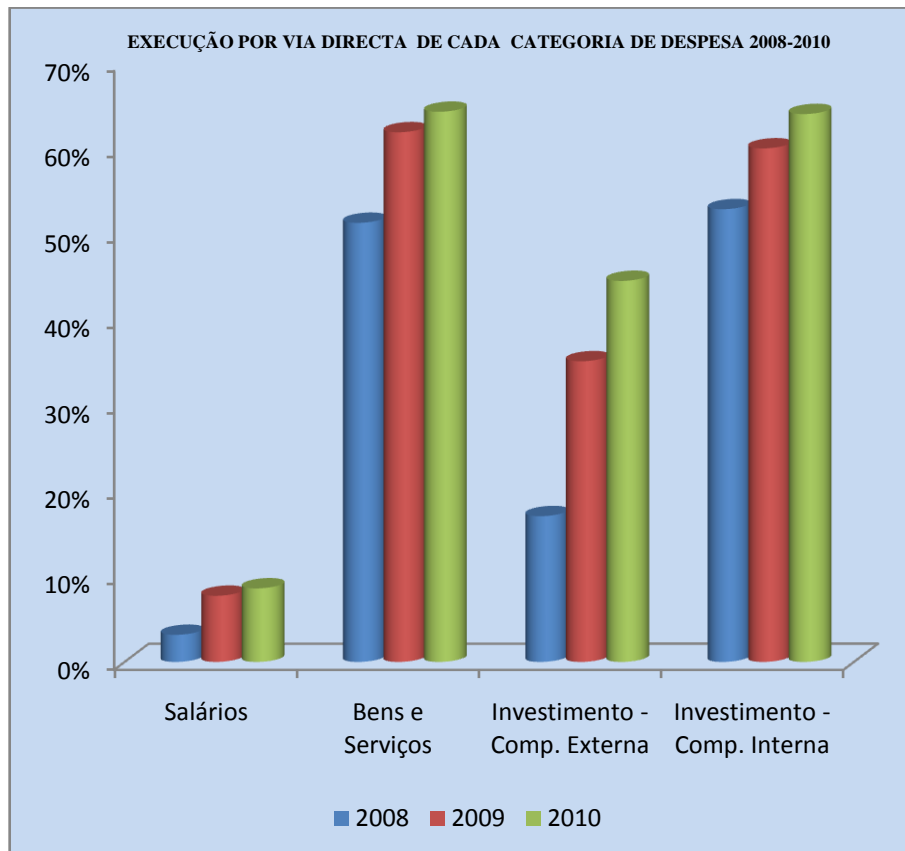
Para as despesas de salários, constata-se também uma ligeira subida do nível de execução, resultante do incremento de mais unidades do órgão central e Cidade de Maputo, a efectuar o pagamento de salários pela via directa. Todavia os valores ainda continuam muito abaixo do planeado devido ao facto de o pagamento por via directa em 2010 ter abrangido apenas algumas instituições de nível central, cidade e província de Maputo, em virtude de as zonas centro e norte ainda utilizarem sistemas diferentes do e-folha e do SNV. (vide ponto 1.2.1) para pagamento de salários.

Para as despesas em bens e serviços, nota-se que mais da metade (65%) são executadas pela via directa. Isto deve-se principalmente ao facto de ter sido incrementada a descentralização do e-SISTAFE para mais distritos e Instituições Autónomas em 2010.

Em relação à execução da despesa global de Investimento, situou-se na ordem de 55,7% em face à despesa total de investimento realizada, o que se deve à descentralização do e-SISTAFE para muitos dos sectores que executam este tipo de despesa.

No que se refere à componente interna observa-se uma subida acentuada, tendo passado de 53% em 2008 para 60% em 2009 e 64% em 2010, resultante dos esforços de expansão para novas UGEs, bem como das providências restritivas de execução de despesas por adiantamento de fundos pelas UGEs dos sectores. Na componente externa também se observa uma subida acentuada, tendo passado de 17% em 2008 para 35% em 2009 e 44% em 2010. Entretanto, a execução permaneceu aquém do desejado visto ter sido realizada fora da CUT para um grande número de projectos, não obstante os esforços desenvolvidos conjuntamente pelo Governo e pelos Parceiros de Cooperação para inclusão dos projectos de financiamento externo na CUT.

Gráfico 3. Execução pela Via Directa de cada categoria de Despesa /Total da despesa da categoria

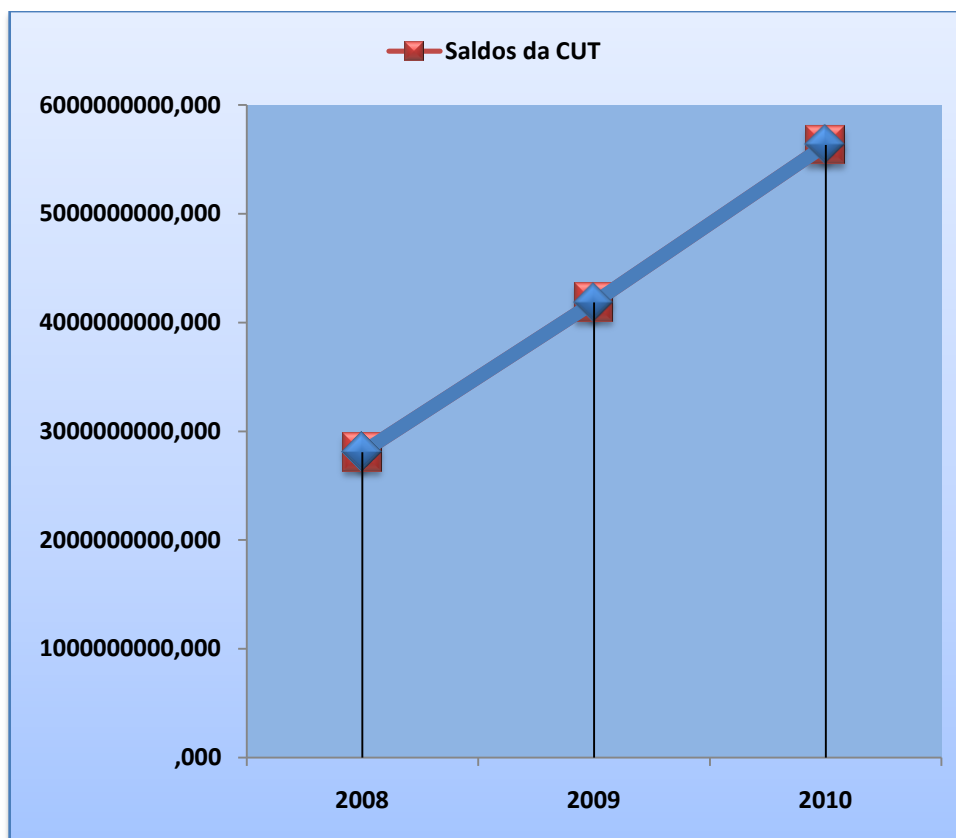


c) Utilização da CUT

Verificam-se também melhorias visíveis na gestão financeira, nomeadamente na liquidez do Estado, gerando saldos positivos em meticais na CUT no final do ano. (*vide gráfico 2 abaixo*).

(*Fonte: Conta Geral do Estado de 2007, 2008 e 2009 e extracto bancário de 2010*).

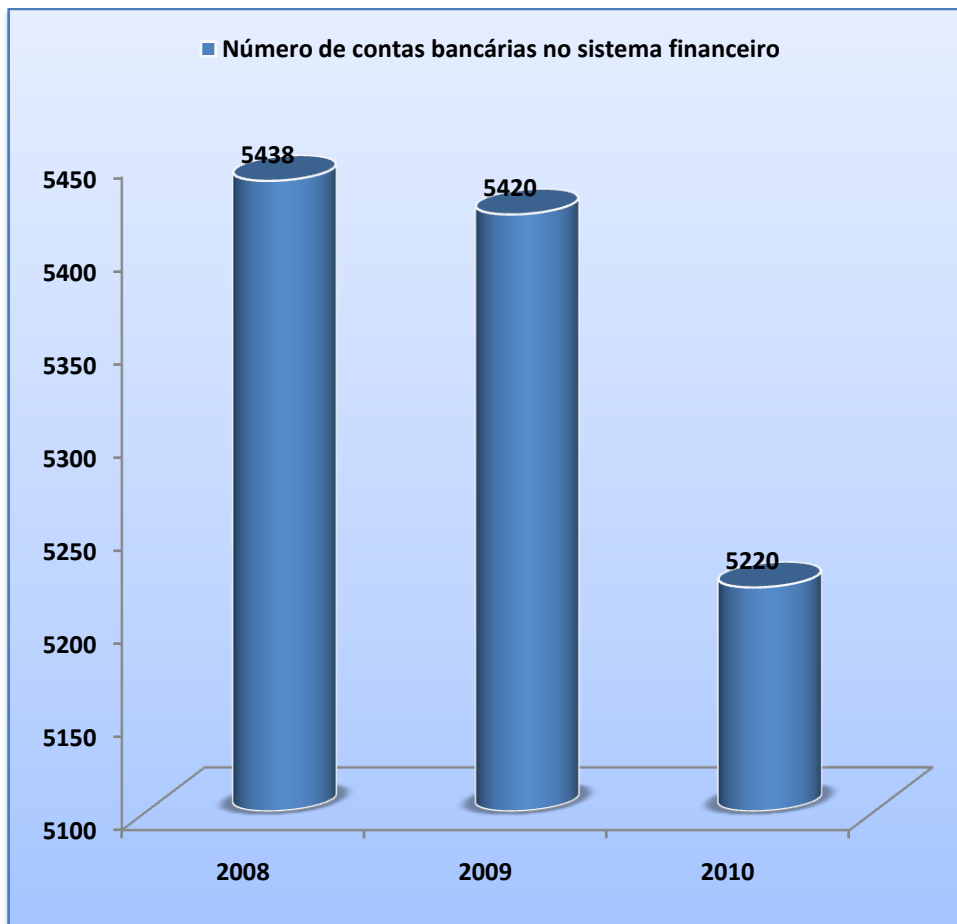
Gráfico 4: Saldos da CUT



Por seu turno, o número de contas bancárias activas do Estado nos Bancos Comerciais tem estado a reduzir nos últimos anos. Dados revelam que das 5.438 em 2008 reduziu-se para 5.420 em 2009 e para 5.220 em 2011. A redução do número de contas verificada decorre de um maior controlo por parte do Estado das suas disponibilidades financeiras, pois as instituições do Estado passaram a mobilizar gradualmente os seus recursos para dentro da CUT. Este processo está a ser acompanhado pela DNT, o que está a imprimir um maior rigor na abertura de contas pelos sectores junto dos bancos comerciais. Embora não haja dados ainda disponíveis que indiquem o tipo de contas que foram extintas.

¹ Referem-se as contas bancárias que apresentaram movimentações financeiras durante o exercício de 2010.

Gráfico 5: Número de contas bancárias no sistema financeiro



Noutra vertente, dados comparativos de 2008 a 2010 mostram ter havido um aumento nas Ordens de Pagamento(OPs) processadas com sucesso no e-SISTAFE em relação as emitidas, como consequência da crescente capacidade de utilização do sistema pelos sectores, da eficácia da utilização da via directa e de um processamento das OPs mais adequado pelo Banco de Moçambique (BM), assegurando a credibilidade do sistema.

Por seu turno, a média diária das transacções processadas também cresceu entre 2008 e 2010 como se pode verificar no gráfico 4 abaixo. *(vide gráficos 6 e 7 abaixo).*

Gráfico 6. Análise comparativa do número de OPs processadas e o total de OPs emitidas

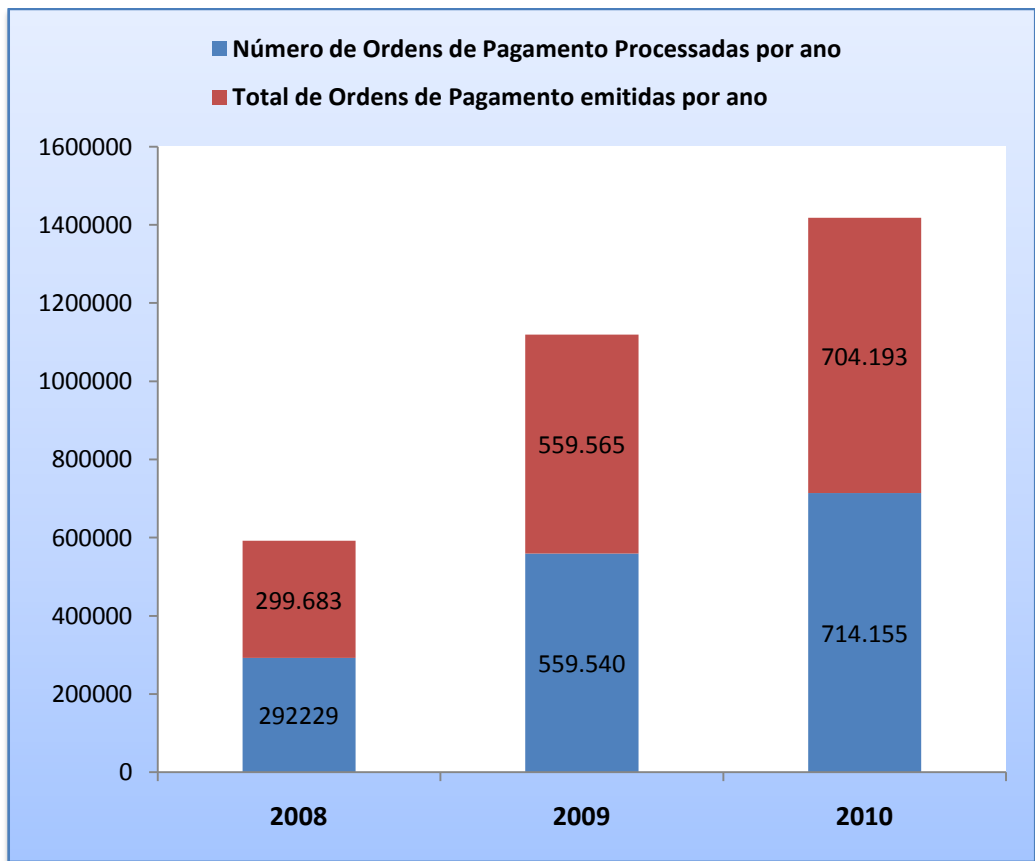
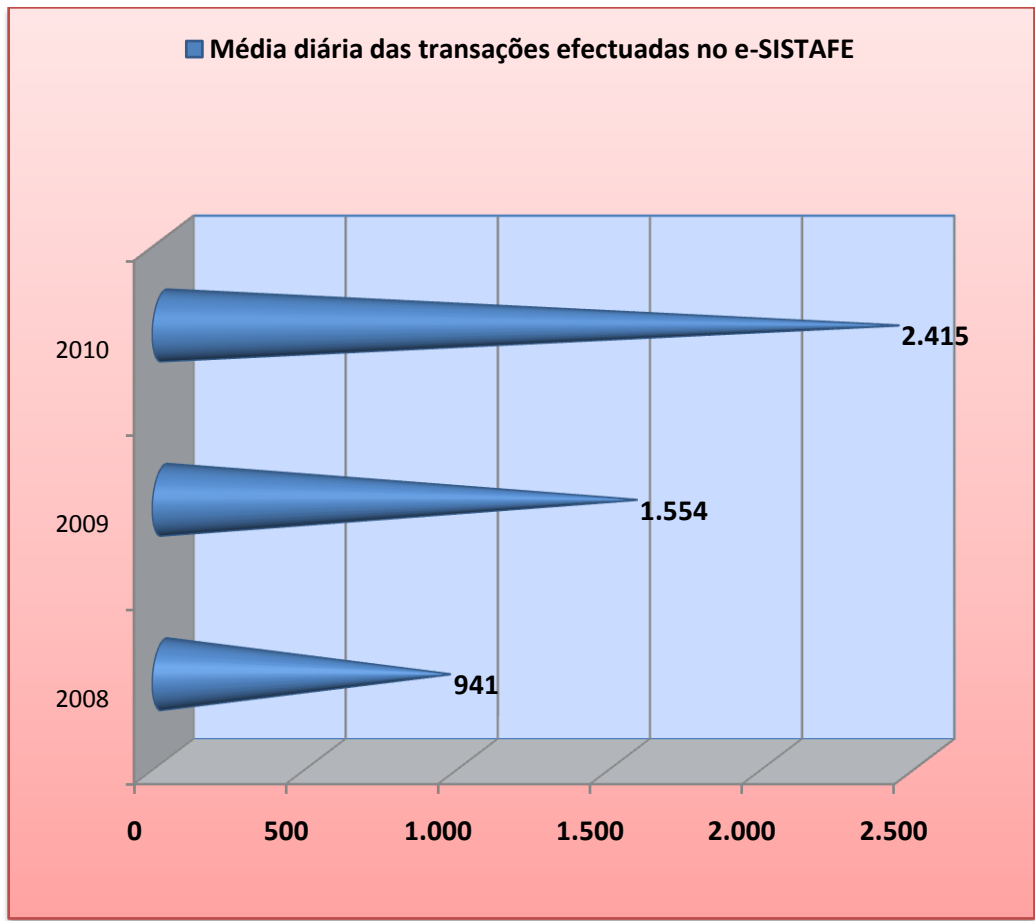


Gráfico 7: Média diária das transações processadas no e-SISTAFE por ano



d) Extensão do e-SISTAFE para Novas Unidades

• Extensão do e-SISTAFE para os Distritos

De acordo com o planificado para o período, o e-SISTAFE foi descentralizado para mais 21 Distritos totalizando 73, que distritos já operam no sistema, o que representa cerca de 56% do total dos distritos existentes no país.

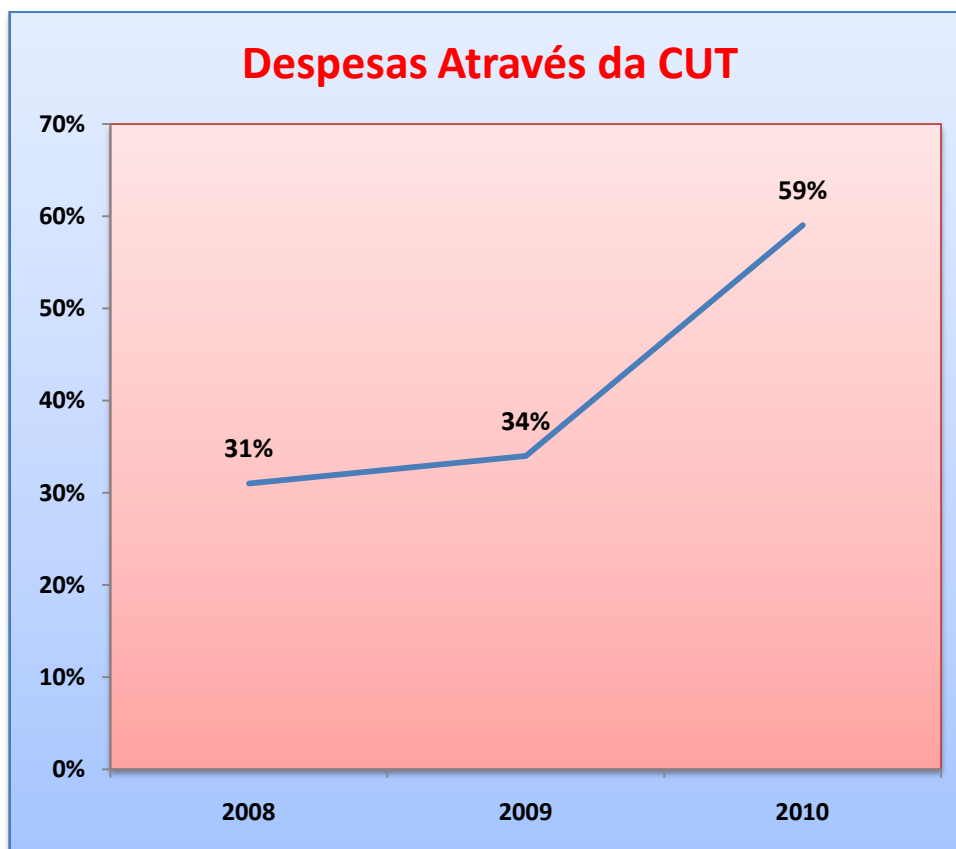
• Extensão do e-SISTAFE para as Instituições Autónomas

O e-SISTAFE foi descentralizado para mais 31 Instituições Autónomas ao nível central e provincial, o que totaliza 100 instituições autónomas a operarem no e-SISTAFE.

e) Transacções via CUT

A execução das despesas com financiamento externo através da CUT tem vindo a aumentar, tendo passado de 31% em 2008 para 59% em 2010. Embora se tenha registado um aumento, os números demonstram que a execução da despesa através da CUT é ainda muito baixa com todas as implicações que isso origina, nomeadamente no sistema da Contabilidade Pública. (vide gráfico 8 abaixo)

Gráfico 8. Evolução das despesas através da CUT



f) Transacções via CUT Moeda Externa

A funcionalidade da CUT ME foi concluída e implementada de forma plena, desde Maio de 2009. Com esta implementação esperava-se um aumento significativo na realização das despesas em Moeda Externa por parte dos sectores, o que não veio a acontecer, devido a problemas operacionais verificados no BM, no que se refere ao negócio, nomeadamente por necessidade de inclusão de informações adicionais solicitadas pelos bancos no estrangeiro. O CEDSIF, juntamente com a DNT continua a desenvolver acções junto ao BM com vista a solução destes problemas emergentes.

g) Implementação do Classificador Seccional

A funcionalidade para utilização do Classificador Seccional está totalmente concluída e disponível, desde o início do exercício de 2010, para permitir o detalhamento e o controlo das Células Orçamentais da Despesa. Entretanto, para operacionalizar esta funcionalidade não tem vindo a ser utilizada por falta de capacidade das Unidades Implementadoras do Subsistema do Orçamento do Estado (SOE). Face a esta situação o CEDSIF envidará esforços no sentido de encontrar uma alternativa para solucioná-la.

h) Encerramento do Exercício

O processo de encerramento do exercício económico de 2010 decorreu com sucesso, permitindo que, no início de 2011, o sistema fosse aberto para os utilizadores de todo o País, dando início a execução orçamental da receita e da despesa de 2011 pela via directa do e-SISTAFE.

1.2.2 Administração de Segurança dos Sistemas Informação do e-SISTAFE

a) Auditoria de Segurança da infra-estrutura de TI

As constatações da auditoria às TIs revelaram que os diversos componentes da infra-estrutura tecnológica de suporte ao e-SISTAFE apresentam diferentes níveis de maturidade no que diz respeito à eficácia dos controlos de segurança implementados. Ao nível do Centro de Dados eles revelaram-se bastante eficazes mas ao nível de algumas aplicações apresentam algumas fragilidades, o que pressupõe a necessidade de reforçar a segurança da rede de gestão sob a qual incide maior parte dos processos críticos. (*Vide anexo 4.2*).

Quanto à rede do e-SISTAFE, apesar de se constatar algumas vulnerabilidades passíveis de acontecer ao nível interno, os níveis de segurança foram considerados bastante eficazes.

Foi também iniciada a reestruturação e redimensionamento da infra-estrutura e capacidade tecnológica com vista a fazer faces aos novos desafios da reforma. Esta auditoria realiza-se de dois em dois anos, prevendo-se realização da próxima em 2012.

Durante o 4º trimestre, o CEDSIF iniciou a implementação de algumas acções correctivas para fazer face as constatações da auditoria às TIs.

b) Auditoria ao Processo de Administração de Segurança do e-SISTAFE

Para assegurar a fiabilidade e integridade dos dados introduzidos no sistema, foi feita uma auditoria pelos técnicos do CEDSIF ao processo de criação de novos utilizadores no e-SISTAFE, atribuição de perfís dos utilizadores, alteração de senhas e desbloqueio de senhas. Esta auditoria foi feita no terceiro trimestre de 2010 em 44 unidades em todo o país, com o propósito de avaliar o nível de cumprimento dos procedimentos estabelecidos para o efeito.

1.2.3 Auditorias - Financeira e de Conformidade

a) Auditoria Financeira

Em Abril de 2010 a *Grant Thornton* efectuou uma auditoria ao exercício financeiro de 2009, acompanhado de uma auditoria da IGF no mesmo período. Do resultado do trabalho realizado foram apresentadas recomendações que devem ser implementadas na instituição, por cada uma das áreas, tendo em conta as recomendações e de acordo com os prazos indicados. (*vide anexo 4.1*)

b) Avaliação de Conformidade

A Ernst & Young realizou, a partir de Agosto de 2010, uma avaliação de conformidade, solicitada pela União Europeia. Esta avaliação abrangeu as áreas de Administração, Controle Interno, Segurança e Infra-estrutura, Centro de Dados do CEDSIF. A avaliação apresenta várias recomendações, algumas das quais já estão em implementação. (*vide anexo 4.1*)

1.3 MELHORIAS NO MÓDULO DE ELABORAÇÃO ORÇAMENTAL (MEO)

Foi dada continuidade aos trabalhos de manutenção do MEO e a introdução de algumas melhorias para apoio a solicitações específicas de clientes.

1.4 ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE UM PLANO MESTRE DE INVESTIMENTOS DE TIs (PLATAFORMA DE TIs)

1.4.1 Plataforma de TIs

O PAO de 2010 previa a elaboração do Plano Mestre de Investimentos em TI, para servir de base aos investimentos em infra-estrutura tecnológica a realizar nos próximos anos. Este trabalho foi iniciado, mas só teve a sua conclusão nos primeiros meses de 2011. Os resultados deste trabalho já foram, inclusivamente, apresentados aos Parceiros de Cooperação, na reunião da aprovação do PAO de 2011, pois a sua implementação depende de um financiamento adicional ao orçamento do CEDSIF.

COMPONENTE 2: ELABORAR E IMPLEMENTAR UMA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO DOS RECURSOS HUMANOS NOS ÓRGÃOS CENTRAIS

Como foi anteriormente referido, o último trimestre de 2010 foi também dedicado à revisão do documento da Visão das Finanças Públicas para 2011-2025, documento que constituirá uma base para a definição de uma estratégia de desenvolvimento de Recursos Humanos. Esta actividade determinou que a definição da estratégia de Recursos Humanos passasse para 2011, com o objectivo de serem definidos os TORs para a elaboração da referida estratégia.

COMPONENTE 3: REFORÇAR A CAPACIDADE DE COORDENAÇÃO, MONITORIA DA IMPLEMENTAÇÃO DA REFORMA BEM COMO O DESEMPENHO NA ÁREA DE GFP

1.5 DEFINIÇÃO DA RESPONSABILIDADE DE COORDENAÇÃO GERAL DAS REFORMAS DE GESTÃO DAS FINANÇAS PÚBLICAS

1.5.1 Indicadores de Referência (*Baseline Indicators*)

Foi elaborada uma matriz contendo novos indicadores para avaliação do impacto das reformas do SISTAFE a ser utilizada a partir de 2011, como instrumento de monitoria da implementação das reformas. Neste contexto, no segundo trimestre de 2010 a IGF iniciou a realização de inquéritos aos sectores aos níveis central e provincial, com vista a avaliar uns dos indicadores da matriz, aguardando-se pela disponibilização do relatório.

1.5.2 Coordenação e Avaliação da Reforma das Finanças Públicas

No âmbito do projecto denominado “coordenação da reforma”, que visava essencialmente contribuir para a clarificação dos actores, papéis e metodologias de avaliações dos processos das finanças públicas, por um lado, e, por outro lado, pela fortificação do papel do CEDSIF como coordenador das reformas ora iniciadas. Deste modo, e de acordo com a prioridade definida para o ano de 2010, o CEDSIF, em colaboração com a IGF, levou a cabo discussões sobre a pertinência e mais-valia de se criar um sistema de monitoria e avaliação de GFPs interno.

Este trabalho não foi concluído e está a ser avaliado no âmbito da revisão do documento da Visão das Finanças Públicas, tendo em consideração o papel já atribuído ao CEDSIF.

2 PILAR 2: DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE GESTÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

COMPONENTE 4. APERFEIÇOAR E DESENVOLVER A GESTÃO DE TODOS OS PROCESSOS E METODOLOGIAS DO SISTEMA DE GESTÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

2.1 VISÃO DAS FINANÇAS PÚBLICAS

Foi iniciada, no último trimestre de 2010, a revisão do documento da Visão das Finanças Públicas considerando a sua importância para o desenvolvimento futuro das actividades do CEDSIF. Espera-se que esta revisão possa estar pronta para análise pelos vários actores, instituições de Estado, sociedade civil e parceiros no primeiro semestre de 2011.

COMPONENTE 5: DESENVOLVIMENTO DE APLICAÇÕES DE TI PARA SUSTENTAR O SISTEMA DE GFP;

2.2 MÓDULO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO

Em relação ao módulo de gestão de informação, previa-se a disponibilização de relatórios específicos para utilização pelos sectores, atendendo as especificidades de cada um. O trabalho foi realizado e a maioria dos relatórios ficou disponível para atender a necessidades dos utilizadores do sistema com relação à execução da despesa e para as Direcções para o desempenho das suas tarefas.

Para o efeito, foram, por um lado, desenvolvidos e entregues relatórios para atender especificamente a Inspeção Geral de Finanças (IGF) estando em curso discussões com o Tribunal Administrativo (TA) para o desenvolvimento de relatórios para atender a definição da apreciação das Contas de Gerência.

Por outro lado, teve início a definição das especificações para a elaboração dos Balanços Orçamental, Financeiro e Patrimonial e foram iniciados estudos para o desenvolvimento de relatórios com base na ferramenta “*Business Intelligence*” a partir das informações disponíveis no sistema.

2.3 MÓDULO DE SALÁRIOS E PENSÕES

Foi concluída esta funcionalidade e implementada em 22 instituições ao nível central, o que permitiu que 8,6% do valor das despesas com salários e remunerações fosse executada por esta via até ao final de 2010. (*vide anexo 4.4*).

2.4 MÓDULO DE GESTÃO DO PATRIMÓNIO DO ESTADO

Está em fase de desenvolvimento a aplicação do e-inventário, uma das componentes do Módulo de Gestão do Património do Estado. Neste sentido foi concluída, a funcionalidade para registo dos bens patrimoniais objecto do inventário de raiz realizado por todos os Órgãos e Instituições do Estado em 2010 continuando em melhorias para acréscimo de mais funcionalidades. Esta aplicação fornecerá os mapas patrimoniais para os relatórios a serem elaborados, nomeadamente, para a Conta Geral do Estado (CGE). As etapas seguintes serão realizadas no primeiro semestre de 2011.

Em relação ao Módulo de Gestão do Património propriamente dito foi iniciada a análise do negócio para a elaboração do Modelo Conceptual.

2.5 e-TRIBUTAÇÃO

Em 2010 foram realizadas as seguintes actividades:

- Assinatura do Memorando de Entendimento entre a Autoridade Tributária de Moçambique (AT) e a CEDSIF;
- Elaboração da proposta técnica do Fluxo Financeiro das receitas do Estado;
- Elaboração do modelo de prestação de contas específico para o projecto, atendendo à gestão conjunta adoptada entre a AT e o CEDSIF na base do Manual de Procedimentos de Execução Financeira, para esse efeito adaptado.
- Revisão da arquitectura da infra-estrutura, do Plano e Orçamento de TI do Projecto e-Tributação. (*vide anexo 4.3*).

3 PILAR 3: MELHORAR AS PRÁTICAS NA GESTÃO DAS FINANÇAS PÚBLICAS AO NÍVEL SECTORIAL TERRITORIAL E INSTITUCIONAL

COMPONENTE 7. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA BASE DA DEMANDA DOS ÓRGÃOS DO ESTADO E OUTRAS ENTIDADES

3.1 SISTEMA DE GESTÃO MUNICIPAL (Município de Maputo e P13)

Com base nos encontros realizados nos trimestres anteriores, o Conselho Municipal de Maputo (CMM) elaborou o Documento de Início de Projecto (DIP), que o submeteu ao CEDSIF para sua validação. O CEDSIF analisou a proposta e submeteu o seu parecer para consideração pelo Conselho Municipal.

No que se refere ao P13, a situação é idêntica, tendo em consideração que o parecer do CEDSIF sobre a proposta recebida foi também submetido ao grupo via Ministério da Administração Estatal (MAE), órgão de tutela administrativa dos municípios.

3.2 PROJECTO DE JANELA ELETRÓNICA ÚNICA DO TURISMO (JUTUR)

O projecto Janela Única do Ministério do Turismo visa dotar a Administração Pública Moçambicana de instrumentos que permitam aumentar a eficácia do licenciamento no sector do Turismo, através da criação de um sistema de informação que promova a integração dos processos e cubra todo o ciclo de vida do licenciamento. Esta solução irá melhorar a eficiência na prestação de serviços ao cidadão que pretenda investir em Moçambique. A solução de desenvolvimento da aplicação foi escolhida, de forma a garantir a evolução futura do sistema. Pretende-se que o sistema de base de dados seja centralizado em Maputo e baseado na tecnologia Web.

3.3 PROJECTO SISTEMA NACIONAL DE GESTÃO DE CUSTOS DE CONSTRUÇÃO (SINAGEC) – MOPH

Este projecto, a ser realizado sob demanda, consiste numa proposta de desenvolvimento de uma aplicação para o Sistema Nacional de Gestão de Custos de Construção, para o Ministério das Obras Públicas e Habitação (MOPH). O CEDSIF realizou vários encontros com o MOPH e, em sequência, apresentou uma proposta para o efeito, pelo que se aguarda um pronunciamento formal por parte do MOPH.

3.4 SISTEMA DE GESTÃO DE BENEFICIÁRIOS (SGB) - INAS

O Instituto Nacional de Acção Social (INAS), pretende modernizar o seu sistema de gestão de informação que suporte a implementação dos programas de assistência social. O INAS decidiu substituir a sua actual aplicação por uma nova a ser desenvolvida. A solução de desenvolver a aplicação, ao invés da compra do pacote pronto a instalar, foi escolhida de forma a permitir a sua evolução futura. Pretende-se que o sistema esteja centralizado numa Base de Dados residente em Maputo.

4 ANEXOS

4.1 ACÇÕES CORRECTIVAS DAS AUDITORIAS FINANCEIRA e de CONFORMIDADE

Acções correctivas	Ponto de Situação
Elaborar um plano de aquisições anual com revisão semestral	Concluído
Adoptar na nova estrutura orgânica a separação das áreas de administração do património e a UGEA.	Concluído
Designar um novo Agente de Controlo Interno no e-SISTAFE,	Concluído
Corrigir os procedimentos e acrescentar informações respectivas ao concurso	Concluído
Rectificar os nomes que contam no sistema como ordenadores e Requisitantes da despesa e cadastrar o novo Director Geral	Concluído
A substituição ou delegação de poderes deve ter como base o documento oficial autorizado pelo Director Geral do CEDSIF	Permanente
A despesa ou contratos só podem ser executado após prévia autorização do Director Geral ou por quem for nele delegados poderes para o efeito.	Permanente
Inserir os números das facturas nos PAs e a data da sua emissão	Permanente
Que todos os novos contractos celebrados sejam submetidos a fiscalização previa do T.A	Permanente
Indicação de datas limites a serem cumpridas em todos os contratos	Permanente
Submeter à aprovação do MF os subsídios de combustível e telefone dos membros de Direcção	Concluído
Foi determinado o desenvolvimento interno de um sistema de gestão de stock	2011
Anualmente haverá inventário físico	Permanente
Com a criação do CEDSIF, o Quadro de pessoal deve ser regido pelo EGFP	Concluído

4.2 MATRIZ DE IMPLEMENTAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DE AUDITORIA DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO DE 2010

Domínio	Constatações	Responsável	Prazo	Ponto de Situação
1. Política de Segurança	A política existe, mas não está devidamente divulgada e precisa ser revista	SSSI	1º Trimestre de 2011	<u>Em curso.</u> Ao final do primeiro trimestre será possível entregar a política de segurança da informação definida para implementação.
2. Organização da Segurança de Informação	Falta de definição clara dos papéis e responsabilidades do pessoal de segurança	CEDSIF	4º trimestre de 2010	<u>Implementado.</u> A nova estrutura do CEDSIF implantada no 4º trimestre de 2010 já contempla um Serviço de Segurança de Sistemas de Informação (SSSI) com responsabilidades bem definidas
3. Gestão de Activos	Existe um inventário dos activos, mas o seu registo é deficitário, não há clareza dos proprietários destes activos.	DAF	2011	<u>Em curso.</u> Está em curso a inventariação dos bens do CEDSIF, após o qual será possível identificar os proprietários destes activos. Prevê-se que até ao final deste ano a tarefa seja concluída.
4. Gestão de Recursos Humanos	Não existe uma definição dos papéis e responsabilidades dos vários posições; melhorar os termos de contratação	DAF	2011	<u>Realizado.</u> Foi aprovado e implementado pelos SSSI o termo de compromisso e confidencialidade que já foi disponibilizado à área de recursos humanos. Por outro lado estão a ser definidos mecanismos automáticos de ocultação de informação sensível, mas a sua implementação depende da implantação do PMI.
5. Segurança Física e Ambiental	O sistema de controle de acesso actual via cartão está inoperacional; Os seguranças não fazem um controle rigoroso das entradas e saídas;	SSSI/CEDSIF	2011	<u>Em curso.</u> Está em processo a montagem do novo sistema de controle de acesso biométrico/cartão; Existe um manual de procedimentos para o controle de entradas/saídas.

6. Controle de Acesso	A política de controle de acesso, não está claramente reflectida na política de segurança da informação.	SSSI	2011	<u>Em curso.</u> A revisão da política de segurança da informação a ser disponibilizada no final do primeiro trimestre de 2011 já contempla a política de controle de acesso.
7. Aquisição, Desenvolvimento e Manutenção de SI	Os requisitos de segurança são incorporados numa fase adiantada do projecto; Não existe uma política de controle criptográfico; Não existe um controle de dados para teste.	SDSI/SSSI	2011	<u>Em curso.</u> Actualmente a equipa de segurança já participa nos projectos logo no início destes; A política de segurança em elaboração vai contemplar a obrigatoriedade do uso da criptografia e protecção de dados;
8. Gestão de Incidente de Segurança da Informação	Alguns utilizadores não seguem os procedimentos de reportar os incidentes correctamente	SOM		<u>Em curso.</u> Alguns técnicos do CEDSIF já participaram em cursos ITIL. Esta ferramenta obriga a que todos incidentes sejam reportados unicamente ao service desk.
9. Gestão de Continuidade de Negócio	Existe um plano de DR bem detalhado, a análise e avaliação de risco, não estão inclusos no DRP; Não existe gestão de continuidade de negócio.	SSSI/CEDSIF	2011	<u>Em curso.</u> Para a sua implementação foram formados 2 técnicos do SSSI em padrões internacionais em 2010, tais como o BS25999 e ISO27001 . Estas formações irão continuar em 2011 com vista ao cumprimento da recomendação.
10. Desenvolver um 'Hot DR Site' fora de Maputo	O actual DR site está aproximadamente 2KM do DC. O data center está mal localizado. É um grande risco	CEDSIF	2013	Em relação a localização do Data Center, está em curso um estudo de viabilidade para transferência do Data Center para outro lugar. Tarefa será cumprida.
11. Capacitação da Equipa de Segurança	Fraca capacitação	CEDSIF	2010	<u>Realizado.</u> Foram formados técnicos da equipa de segurança em: Gestão de Risco, CISM, CISA, CEH, CHFI, ITIL, COBIT

12. Revisão das configurações do equipamento activo de rede	É necessário melhorar a configuração em alguns equipamentos:	SOISITIC Comunicações	2º Trimestre de 2011	<u>Em implementação.</u> No final do segundo trimestre será possível com a revisão e melhorias propostas em todos equipamentos.
13. Gestão de contas de utilizadores	Durante a criação do utilizador ou grupo de utilizador não é colocada a informação completa e detalhada.	SOISITIC	Junho /2010	Implementado.
14. Gestão de Acessos	Pode ser lido e executado o comando <i>snoop</i> seja pelo dono, grupo ou qualquer utilizador.	SOISITIC	Junho /2010	Em curso.
	Os utilizadores podem se apropriar de todos os privilégios de um documento.			Implementado.
	Não está restringido o acesso ao controlador do sistema somente a administradores de sistemas.			Implementado.
	Não é utilizado /etc/shells		2011	Está em curso um estudo sobre como implementar a recomendação.
15. Configuração de processos de suporte	Não existe uma <i>checklist</i> de configuração.	SOISITIC	2011	Foi elaborado um protótipo para os diversos ambientes.
	O Sistema Operacional nao foi configurado por forma a diminuir a probabilidade de ataques do tipo DoS.		Dezembro/ 2010	Resolvido
	Dois file Systems estão montadas sem a opção nosuid.		Junho/2010	Resolvido

A comunicação entre os servidores de DNS não é efectuada de forma segura.			Não aplicável na arquitectura actual
Não existe um período de revisão por forma a assegurar a existência de contas activas desnecessárias. I.e, tempo de expiração de contas não foi activado.		2011	Será elaborado uma documentação de Gestão de Infra-estruturas de TI
Informação sensível não é encriptada.		2011	Está sendo investigado a melhor forma de implementação
Foi observado que não foi implementado os <i>timeout</i> das sessões <i>idle</i> .		2011	Serão aplicados nos servidores de DNS e Webs
Inadequada gestão de manutenção de <i>patches</i> . Os servidores em uso encontram-se obsoletos.	SOISITIC/BTG e sistemas	N/A	Existe contrato de manutenção das máquinas. e os <i>patches</i> devem ser compatíveis com as aplicações. Actividade dinâmica
Inapropriada configuração ao acesso dos <i>printers Drivers</i> quanto a limitação dos papéis.	SOISITIC /Sistemas	N/A	Não existe serviço de impressão na rede privada do eSISTAFE
Não foi desenvolvido nem definido claramente políticas e procedimentos na rede remota.	SSSI		Política de segurança. A solucionar. Já se encontra dentro do projecto de segurança, mas também suportado pela política de segurança existente na instituição
Os médias móveis não foram configuradas por forma a prevenir acessos indesejados a rede.	SOISITIC Sistemas	2011	Aplicáveis nos servidores de DNS e WEB
A variável de ambiente <i>Path</i> do utilizador privilegiado <i>root</i> contém indicação para seu directorio corrente.		2011	Esta sendo investigada a melhor forma de implementação

Serviços desnecessários de RPC estão ainda activos.		2011	A solucionar. Não aplicável para as Bases de Dados.
A versão do service Sendmail está ultrapassada.		2010	Resolvido
Serviços de rede apresentam os utilizadores com informação convidativa.		2011	Esta sendo investigado a melhor forma de implementacao
Existem alguns serviços desnecessários activos no ambiente de producao Solaris, exemplo,multiplo RPC, telnet,rlogin, etc <i>multiplo RPC, telnet,rlogin, etc.</i>		2010	Resolvido
Protocolo IPSEC não esta a ser utilizado	SOISITIC /Comunicacoes		Política de segurança a decidir. Implementa-se via rede-comunicações
Protocolo de gestão SNMP está configurado de forma padrão <i>community string Public.</i>	SOISITIC /Sistemas	2011	Após o término deste periodo será possível apresentar o status de toda rede e infra-estrutura de TI
Não foi usado a funcionalidade <i>stickbit</i>		2011	Após o término deste periodo será possível apresentar o status de toda rede e infra-estrutura de TI
Identificação de vulnerabilidade é periodicamente efectuada pelas equipas mas nao é frequentemente efectuado internamente, pela equipa de segurança.	SSSI	N/A	A solucionar. Política de Segurança implemetada.
Alguns administradores de sistemas Unix ainda usam consolas windows.	SOISITIC/Sistemas	N/A	A discutir com segurança, no entanto por necessidade de serviço é usado
Foi identificado que geralmente os parametros de segurança de sistemas sao inapropriados.		2011	A discutir com segurança, no entanto por necessidade de serviço é usado

	Os parametros de password nao estao devidamente configurados nos sistemas.		2011	Está sendo investigado a melhor forma de implementacao
	Os processo de acesso logico ao solaris nao estao a ser devidamente monitorados.		2011	Está sendo investigado a melhor forma de implementacao
	Os incidentes de TI nao sao devidamente identificados, escalonados, resolvidos e analisados em temo util e de melhor forma.		N/A	A solucionar. Implemetação do ITIL
16. Sistema de logging e auditoria	As transações efectuadas atraves do protocolo FTP nao sao monitoradas.	SOISITIC/Sistemas	2011	Está sendo investigado a melhor forma de implementacao
	O sistema de monitoramente nao é apropriado.		2011	Resolvido.
	O sistema está configurado para monitorar os acessos mas nao são revistos periodicamente.		N/A	A Solucionar. Politica de segurança
17. Control do ambiente de rede	Nao existe uma documentação formal, ie, Plano de Resposta a Incidentes.		N/A	Existe e foi apresentada.
	Existe uma inventario sobre os activos de rede e de software, mas esse inventario nao esta actualizado.		2011	Em curso
18. Ciclo de Vida de Desenvolvimento de Sistemas	Falta de procedimentos e documentos referentes à interface entre MEO, MEX e Adfundos; Concepção de uma ferramenta SDLC para sistemas do CEDSIF	SDSI	2011	Em curso. Neste Momento existe uma unificação das várias equipas de desenvolvimento e com único coordenador
19. Administração de AdFundos	Não está estabelecida a responsabilização sobre a segurança e confidencialidade dos ficheiros traçados entre o CEDSIF e BM	CEDSIF/SDSI	2011	Em Curso. Existem contactos regulares entre CEDSIF e BM

20. Audit Trails	Falta de <i>audit trails</i> detalhados, onde se possa efectuar uma revisão das actividades no sistema sem o apoio dos programadores	SDSI	2011	O SSSI já enviou os requisitos ao SDSI, faltando o seu desenvolvimento.
21. Procurement	O processo de <i>procurement</i> é efectuado de uma forma manual, a ordem de encomenda, factura e guia de entrega não pode ser implementada no sistema	SDSI	2013	Ainda por agendar
22. Gestão de NUIITS	Inconsistência na gestão de NUIITS activos	CEDSIF/AT	2011	Em curso

4.3 PONTO DE SITUAÇÃO DAS FUNCIONALIDADES NUCLEARES DO e-SISTAFE A 31 DE DEZEMBRO DE 2010

4.3.1 Backlog para o Módulo de Execução Orçamental (MEX)

a. Executar as Fases da Receita

- Melhoria para não mostrar quadro de FR para o AFR na Recolha da Receita;
- Melhoria para permitir a reclassificação de receitas em mais de uma gestão e entre vários tipos de receita;
- Melhoria no Relatório Síntese da Receita para apresentar as dotação corrente, dotação reconduzida, a recolha da receita quando a moeda seleccionada for estrangeira, transferências entre CUT ME e agregar as FR da receita;
- Melhoria na Recolha da Receita Extra-Caixa Sem Nota de Cabimento e UI para possibilitar a selecção por FR;
- Melhoria na reclassificação da receita para permitir a priorização do novo saldo da Disponibilidade Financeira a Compensar e na Recolha da Receita para incluir descontigenciamento automático e limpeza da prioridade;
- Melhoria na Receita extra-caixa para possibilitar a recolha dos descontos do exercício anterior;
- Melhoria na Recolha da Anulação de AFU e Via Directa do Exercício para que o Documento Guia de Recolhimento seja gerada na unidade UI do STP de Despesa
- Melhoria na Recolha e Reclassificação da Receita para permitir a reclassificação em Moeda Estrangeira;
- Melhoria na Recolha da Anulação de AFU e Via directa do Exercício Anterior de modo a permitir que na recolha de exercícios findos o sistema apresente apenas as FR de despesas;
- Melhoria na Recolha da Receita para incluir novos Classificadores do OE2010;
- Melhoria na Recolha de Receita Extra-Caixa de modo a recolher por Lote de objectos de desconto;
- Melhoria na Recolha de Terceiros – Anulação de OT – para possibilitar a Consistência Valor OP vs Valor Recolha

b. Administrar o OE

- Detalhamento do seccional pelo AEO na UGE – nova funcionalidade;
- Criação de UGE Gestora de Seccional – nova funcionalidade;

- Libertação do Cativo Batch – nova funcionalidade;
- Melhoria na Redistribuição Batch para permitir que o sistema faça primeiro a alteração de UGB e depois faça a alteração de FR.

c. Executar a Programação Financeira Mensal

- Melhoria no Relatório Execução Plano Tesouraria para atender necessidade do Conselho Técnico do MF;
- Melhoria para utilização de conta contabilística no controlo de dotação disponível líquida;
- Melhoria no RNRF para retirar o controlo quantidade PA aberto;
- Melhoria no Calendário da Programação Financeira de modo a não apresentar FR de Receita;
- Melhoria no RNRF de modo a apresentar demais COD com FR cadastrada no grupo de FR e mensagem informando que determinada FR não está cadastrada;
- Melhoria para armazenar o histórico de simulações de atendimento de RNRF;
- Desenvolvimento do Plano de Tesouraria Anual a fim de concluir os mecanismos da PF
- Melhoria na Autorização de Limite de Cabimentação para incluir filtro por Período de Desembolso

d. Executar as Fases da Despesa – Infra-estrutura Comum

- Melhoria no Relatório de Pagamentos Efectuado por Credor Consolidado para adicionar informações (PPS);
- Melhoria no Relatório de Pagamento de Direitos Aduaneiros para adicionar informações.
- Melhoria no Relatório de Pagamento Efectuado ao Credor para adicionar informações (Data Processamento OP);
- Melhoria na Conformidade Documental de PA CVD para aparecerem somente os PA sem conformidade;
- Relatório IGF e Demonstrativo Extra-Caixa para atender as necessidades da – novas funcionalidades;
- Melhoria do Relatório de Fundos Disponibilizados para adicionar novas informações;
- Melhoria do Relatório UGBs Apoiadas – Novo Layout;
- Melhoria para apresentar somente UGB do órgão seleccionado no Relatório de PA;

- Melhoria do Relatório de Mapa de Despesa Realizada para incluir novos filtros;
- Melhoria do Relatório Demonstrativo Liquidação e Recolha Desconto para adicionar informações;
- Melhoria na Anulação de Pagamento/Concessão para não permitir a utilização da dotação antes da recolha de terceiro;
- Melhoria nos Relatórios de Anulação de ADFU e VD não recolhidos para incluir novas informações e novo layout;
- Melhoria no Relatório de Acompanhamento de PA para permitir Ordenação por UGE, UGB, Data Abertura;
- Melhoria para permitir a definição e abertura de PA para Gestores e Ordenadores nos orgâncios 270101000, 270102000 e 270103000;
- Melhoria para permitir conter a Dotação Disponível até que seja efectuada a recolha da receita;
- Melhoria no Mapa da Despesa Realizada para geração em lote.

e. Executar as Fases da Despesa – PA de Adiantamento de Fundos a UGB

- Melhoria na Conformidade Documental e encerramento de PA de AFU com anulação total de OP sem LD;
- Melhoria no Acesso PA Concessão Adiantamento Fundos de modo a permitir o acesso pelo tipo de UGE;
- Melhoria no Relatório de Acompanhamento de PA em Atraso para Incluir Exercício Económico da consulta;
- Melhoria na Anulação de Saldo de AFU para permitir informar datas válidas;

f. Executar as Fases da Despesa – PA de Requisição de Despesas Gerais

- Melhoria no Layout de OP Via Directa;
- Melhoria no Pagamento Via Directa para incluir filtro para mostrar somente LD com saldo a pagar;
- Melhoria na Anulação de pagamento VD para permitir anular várias OP com desconto de uma mesma LD;
- Melhoria no Relatório de Pagamentos Efectuados por Credor e Consolidado para adicionar informações;
- Melhoria na Anulação de Pagamento para permitir informar datas válidas;
- Melhoria para Restringir Pagamento por Via Directa para Orgão/Instituição do Estado como Credor;

g. Executar as Fases da Despesa – PA de Pagamento de Pessoal – Salários

- Melhoria no nome da folha de salários;
- Melhoria no Relatório Origem Descontos não Obrigatórios Pagos para adicionar novas informações, opções e formato;
- Relatório Folha de Pagamento Carregada no e-SISTAFE – nova funcionalidade;
- Melhoria na Task Pagamento Pessoal Salários de modo a criticar Falta Saldo Conta Desconto no momento da Liquidação;
- Melhoria para não permitir a Liquidação quando a existir um FP com NUIT Inactivo;

h. Encerrar o Exercício Económico

- Melhoria para Alteração de nome de relatório de despesa por pagar e o respectivo layout para compatibilização com a Circular de Administração do OE;
- Alteração do nome da funcionalidade Anular Inscrição Despesa Por Pagar e do documento gerado pelo cancelamento de despesa por pagar on-line;
- Melhoria no Pagamento de Despesa por Pagar descontos não obrigatório para permitir Detalhar Credor/Gestor/Domicílio;
- Melhoria no Relatório de Despesas por Pagar para adicionar informações;
- Alterações para possibilitar a recolha de anulação de OTD por OP no Exercício e no Exercício Seguinte, adaptar a regularização de OTD para as novas contas e o relatório de acompanhamento OTD a regularizar;
- Controlo de Disponibilidade Financeira por FR, UGB e Programa para permitir a DNT controlar as LQF das FR 133, 134 e 154;
- Melhoria na Inscrição de Despesa por Pagar para verificar a existência de disponibilidade financeira se o ano calendário for diferente do fiscal;
- Melhoria no Cancelar Inscrição de Despesa por Pagar Efectuada no Exercício (ano calendário fiscal) para permitir digitar valor menor ou igual ao saldo da 21362.00;
- Melhoria para Converter Saldo de Exercícios Findos em Receita Orçamental;
- Melhoria para impedir o estorno de qualquer documento que tenha lançamento na CUT;
- Melhoria na Apuração do Resultado do Exercício;
- Melhoria na Transposição de 73210.00 (FR+4) nas UI do STP Despesa para permitir a recolha extra-caixa dos descontos do exercício anterior;
- Melhoria na Equação Contabilística 14 e 08 para adicionar informações;

- Melhoria para permitir que todos documentos gerados no enceramento (747, 753, 754 e 988) sejam do tipo PE;
- Alterações para permitir a igualdade de disponibilidade financeira e CUT;
- Alterações para impedir a liquidação de despesa nos CED agregados dos dotados no último nível;
- Melhorias para permitir a Regularização e anulação de OTD com lançamentos em diferentes OC;

i. Gestão Contabilística

- Navegar PBCP – nova funcionalidade;
- Impressão Documento GR por Período – nova funcionalidade;
- Bloqueio de NUIT pela DGI para não receber pagamentos pelo e-SISTAFE – nova funcionalidade e melhorias;
- Melhoria no Razão Contabilístico para ordenação por cronologia do lançamento;
- Melhoria para permitir ao Contabilista da UI de SCP aceder a determinadas transacções;
- Melhoria na Impressão de Telas para apresentar Exercício Económico;
- Melhoria para associar a NL ao PA;
- Relatório de associação Abono vs CED e Descontos vs Conta Contabilística SISTAFE – nova funcionalidade;
- Melhoria na Consulta Documento Detalhado para incluir informações;
- Melhoria no Razão Contabilístico para ordenação considerando a data de movimento;

j. Gestão do Tesouro – Gestão da CUT

- Compra e Venda de Divisa nos Relatórios de Conciliação da CUT – nova funcionalidade;
- Melhorias na Conciliação Automática da CUT em USD de modo a permitir que a especificação do ficheiro das OP para incluir informações do NIB;
- Melhoria na Conciliação da CUT para adicionar informações;
- Melhoria no Relatório PA Compra Venda Divisa para adicionar informações;
- Melhoria na Administração da Disponibilidade Financeira para permitir a troca FR a ser Compensada;
- Melhoria no Relatório de Controlo do Acesso a Conversão de Moeda de Dotação por UGE para retirar a relação de órgãos seleccionados do cabeçalho;

- Resumo das Operações de Compra e Venda de Divisas (CVD) Realizadas pela DNT – nova funcionalidade;
- Melhoria para permitir a exclusão de um BAP com RNRf atendido e anulado;
- Pagamentos em ME a Credores no Exterior para efeito de acompanhamento e auditoria dos movimentos de saída das CUT-ME, a DNT – nova funcionalidade;
- Melhoria na recolha de receita terceiros para permitir devoluções de OP em ME;
- Consulta CUT batch – nova funcionalidade;
- Melhoria no Relatório Contingenciamento disponibilidade financeira para alteração do nome coluna no layout;
- Melhoria para permitir o estorno automático da VC quando uma PF que tenha uma VC associada é estornada;
- Melhoria nos Relatórios TBs para permitir acesso de Agentes da DNT a Relatórios a nível nacional;
- Melhoria no Documento CM para incluir a variação cambial;
- Melhoria para permitir que as duas últimas posições do BAP sempre sejam iguais ou ao ano corrente ou ao ano anterior

k. Gestão do Tesouro – Gestão de Domicílios Bancários

- Melhoria para não permitir editar o nome do titular do NIB, buscando o mesmo no NUIT;
- Melhoria no cadastro e Relatório de domicílio Bancário de Credor no Exterior para adicionar informações;
- Tratamento Especial de Domicilio Bancário de Grandes Fornecedores – nova funcionalidade;

l. Gestão de Operação de Tesouraria

- Melhoria para não permitir pagamento de OTD nas FR inactiva e não mostrar as FR da Receita;
- Relatórios
- Agendador de Execução de Relatórios – nova funcionalidade;
- Relatório de Acompanhamento para Sectores com informações sobre o classificador Seccional – novo;
- Melhoria no Relatório Execução Plano Tesouraria para incluir informações;
- Melhoria para alterar de descrição nos relatórios da despesa;

- Melhoria no relatório da despesa para criar o pai correspondente com o mesmo valor da Dotação do filho para os CED desagregadas;
- Melhoria no relatório da despesa para adicionar informações;
- Melhoria no Relatório demonstrativo consolidado do orçamento por UGB e por Gestão salários e remunerações projecção para alteração da fórmula do cálculo da média mensal;
- Melhoria para alteração do nome do relatório Trimestral no mapa III;
- Melhoria no relatório balancete Receita x Despesa para inclusão da coluna de Despesa Por Pagar e adicionar informação;
- Melhoria no Relatório de Seccional para adicionar filtros de selecção;
- Relatório por CED e por UGB/CED detalhado salários e pensões – novo;
- Novos relatórios para atender aos doadores na verificação do percentual de execução pela via directa;
- Melhoria no demonstrativo consolidado por operações financeiras para incluir Função, Programa e FR, geração no formato XLS de Por UGB/CED, UGB/FR, UGB/Programa e UGB/Função;
- Client para permitir a Remoção de Relatórios Antigos – nova funcionalidade, melhoria para colocar excepção de datas;
- Optimização da Etapa de Geração dos Diferentes Relatórios em PDF e/ou XLS e dos Relatórios no Banco de Dados;
- Relatórios Trimestral de Alterações Orçamentais semelhantes aos Relatórios existentes na CGE, com alteração apenas do cabeçalho – novo;
- Revisão de Código para Melhoria Performance – Despesa, Trimestral e CGE;
- Melhoria no Relatório de Acompanhamento OTD a Regularizar para permitir a sua geração on-line;
- Melhoria nos Relatórios Trimestrais para sequenciar a numeração dos Mapas;
- Melhoria no Agendamento de Relatórios para possibilitar priorização na execução da task por tipo de relatório, inclusão de labels e separação de Despesa e Consolidados;
- Melhoria nos relatórios da Despesa, Seccional e Trimestral visando padronizar o registo da despesa referente aos descontos de ADFU e Via Directa;
- Melhoria nos relatórios da Despesa, trimestral e Seccional para alterações de contas;
- Melhoria Relatório da despesa para incluir a opções por FR/CED nos formatos PDF e XLS;

- Melhoria nos relatórios da Despesa e trimestral para considerar novos CED dotados no último nível na relação dos filhos sem pai;

m. Gestão de Controlo de Acesso

- Alterar PBCP sem Logout para possibilitar a navegação entre anos diferentes sem sair do sistema;
- Melhoria no SecurityFramework de modo a permitir que o AS altere a sua própria senha;
- Melhoria no Gerenciamento de sessão para tornar uso exclusivo pelo AS da US do SCP;
- Melhorias no Desbloqueio e Alteração Perfil/Nível para atender solicitação da Área de Segurança e Infraestrutura;
- Criação do Perfil de Administrador de Produção para possibilitar o acesso ao Security Framework, tendo as opções de visualização dos utilizadores logados, como também, encerrar sessões dos mesmos;
- Criação do Perfil Consultor Apoio Funcional para ter acesso a todas transacções;
- Melhoria na Novidades e Mudanças da Versão para actualizar as informações;
- Melhoria no Contador de sessões de Utilizadores para inclusão de um contador de número total de sessões de usuários activos mostrando os sub-totais por aplicação;
- Criação de Novo Perfil de Contabilista da UI do SCP Provincial para possibilitar a regularização de OTD nas províncias;

4.3.2 Backlog para o Módulo de Salários e Pensões (MSP)

- Melhorias no cálculo de salário de 20 funcionários para 100 funcionários;
- Melhorias nas regras de cálculo de abonos e descontos;
- Criação da funcionalidade Agendamento do Recálculo de salário;
- Disponibilidade do talão de pagamento;
- Redução dos perfis de acesso ao sistema de 5 para 3;
- Melhorias no relatório para operação de tesouraria;
- Melhoria no relatório de alteração mensal;

4.3.3 Backlog para o Módulo de Elaboração Orçamental (MEO)

- Fluxo Alteração do Estado de Acções;
- Actualização na funcionalidade de Consulta de transacções orçamentais;
- Rever regras do De/Para de FR Externa;

- Melhoria na funcionalidade de busca rápida;
- Implementação de Auditoria de Limite;
- Implementação das novas regras para Auditoria de Receita;
- Implementação das novas regras de auditoria de Despesa, Unidade e Cativo, conforme OE 2010;
- Implementação da Manutenção do Limite Global de Receita;
- Funcionalidade para digitação do Limite Global (com cálculo de agregados);
- Implementação de De/Para Unidade de Mediada;
- Implementação de Relatórios Dinâmicos;
- Melhorias na funcionalidade Simular e Ajustar Valores;
- Implementação do Relatório de “Limite”;
- Implementação dos Relatórios complementares de “Receita”;
- Implementação de Relatórios complementares “Integrantes da Lei e Acompanhantes da Lei”;
- Implementação de Mapas Comparativos de Mapas integrantes da Lei do exercício actual com o do Exercício anterior;
- Implementação de Mapa comparativo de receitas x despesas de receitas próprias e consignadas por UGB/FR;
- Módulo de Impressão de Páginas no MEO e modo de Paginação;
- Funcionalidade para limitação da Despesa da FR 111 ao valor da receita arrecadada;
- Importação de Acordos e Contratos de Receita Externa da ODAMOZ;
- Manutenção de Classificadores de Receita Externa da ODAMOZ;
- Melhorias na associação UGB versus UOR;
- Relatório Receita por FR da Despesa;
- Relatório Receita por Gestão x Despesa MZN;
- Relatório Receita por Gestão x Despesa Moeda de Origem;
- Mapas B, C, F, I, J, JTT, K e G;
- Relatório do Orçamento Programa - por Gestão;
- Tabela De Despesa Para AR – Provincial;
- Tabela De Despesa Para AR – Distrital;
- Tabela De Despesa Para AR – Central;
- Tabela De Despesa Para AR – Autárquico;
- Resumo De Tabela De Despesa Para AR – Central;
- Resumo De Tabela De Despesa Para AR – Provincial;

- Resumo De Tabela De Despesa Para AR – Distrital;
- Resumo De Tabela De Despesa Para AR – Autárquico;
- Melhorias na ferramenta de comunicação interna no MEO (COMUNICA MEO);
- Mapa OPE Resumo do Sector por Tipo de Despesa, por Componente e por FR;
- Mapa ME Resumo de Despesa de Pessoal/Funcionamento, por Sector e UGB;
- Mapa OPE Resumo da UGB do Sector por Tipo de Despesa, por Componente e por FR;
- Mapa OPE Detalhado por Sector de Planificação;
- Mapa ME Receitas Consignadas e Próprias por Nível, Sector e UGB;
- Criação de novos Mapas, incluindo Mapa ME das Transferências Municipais: FCA e FIIL;
- Mapas Comparativos de Mapas integrantes da Lei do exercício actual com o do Exercício anterior;
- Mapa OPE Resumo do Sector por Tipo de Despesa, por Componente e por FR;
- Mapa OPE Resumo da UGB do Sector por Tipo de Despesa, por Componente e por FR;
- Mapa OPE Detalhado por Sector de Planificação;
- Mapa ME Resumo de Despesa de Pessoal/Funcionamento, por Sector e UGB;
- Mapa ME Receitas Consignadas e Próprias por Nível, Sector e UGB;
- Implementação de funcionalidade para permitir a manutenção das mensagens do sistema pelo utilizador;
- Implementação do Processo de Recondição Orçamental;

a. Correções do MEO para o OE de 2011

- Análise comparativa entre o MEO e o MEX a nível dos classificadores e unidades funcionais para abertura do exercício económico de 2011.

b. Melhorias do MEO para o OE de 2012

- Estabelecimento de crítica no registo da proposta do OE pelas UGBs, de modo a não permitir a entrada de classificadores inadequados a UGB
- Reestruturar o Classificador Programático a fim de permitir detalhamento da acção, para atender as necessidades dos sectores no acompanhamento e controlo da Execução do OE por meio do e-SISTAFE
- Desenvolver funcionalidade que permita comparação a nível de UGB das Dotações Orçamentais de Exercícios Económicos distintos
- Conformidade Sectorial durante o processo da Proposta do OE.

c. Melhorias do MEO para o OE A PARTIR DE 2013

- Implantação das UI's do SOE sectoriais
- Associação de classificadores no âmbito da Programação Financeira
- Definições pontuais de regras de alterações orçamentais
- Regras para elaboração e administração do OE – Utilizadores (Security Framework de segurança)
- Aprovação e manutenção dos classificadores orçamentais da receita e da despesa
- Categorização da classificação económica da receita e da despesa
- Melhoria da planificação e da estruturação do orçamento programa, considerando os programas plurianuais, definição do classificador segundo a Lei e Regulamento do SISTAFE
- Integração dos mapas na proposta de Lei
- Inclusão do mapa de programas na proposta da Lei orçamental
- MEX e MEO – utilização dos mesmos classificadores
- Fundamentação para utilização da dotação provisional (reforços de verbas no OE)
- Ligação entre a Dívida Pública – DNT e o OE/e-Tributação (AT) para o CFMP
- Ligar CFMP como o MEO
- Interligação do CFMP e OE (MEO) com a base do ODAMOZ

4.4 PROCESSO DE AQUISIÇÃO DAS APLICAÇÕES PARA OS MÓDULOS DE SALÁRIOS E PENSÕES, E-TRIBUTAÇÃO, PROCUREMENT

No âmbito da implementação do e-SISTAFE, o Subsistema de Contabilidade Pública, parte integrante deste, contempla o tratamento de todas as despesas do Estado incluindo as de salários. O Plano de Acção e Orçamento da UTRAFE para a Fase III (período 2010 a 2012) prevê a melhoria do processo de cálculo de salários através do desenvolvimento e implementação de um módulo específico para o efeito, bem como o pagamento de salários através do módulo de execução orçamental do e-SISTAFE.

Não obstante, o financiamento para este módulo não estava automaticamente assegurado, pois, este e outros modulos teriam um financiamento específico mediante solicitação.

O Business Case elaborado e aprovado pela UTRAFE e UTRESP preconizava a implementação do módulo de cálculo após a criação de uma base de dados com informação fiável dos funcionários e agentes do Estado, através do recenseamento dos mesmos (e-CAF) sendo considerada a fonte primária de informação que iria alimentar o módulo.

Terminado o recenseamento em 2007, as expectativas do governo eram de implementar o novo módulo de Calculo e Pagamento de Salários, visando racionalizar as suas despesas de salários que constituem cerca de 40% da despesa global do estado.

Por outro lado, a introdução deste módulo permitiria descentralizar a execução das despesas de salários, contribuindo-se assim para a Estratégia de Descentralização do Governo e Reduziria os riscos associados aos sistemas actuais de cálculo de salários. Isto justifica-se porque actualmente o país possui 3 sistemas diferentes e não integrados para pagamento de salários. Todos os sistemas não possuem critérios uniformizados para realização do cálculo de salários, não possuem uma base fiável de número e dados dos funcionários, e a infra-estrutura tecnológica na qual assentam não possui nenhum mecanismo de redundância.

4.4.1 Factos e Descrição da Situação Actual

Dados todos estes factores, e com a expectativa de redução do tempo de desenvolvimento dos sistemas informáticos, após a conclusão do recenseamento em 2007, foi lançado um concurso para aquisição de um sistema informático para compor o módulo de cálculo de salários. Entretanto em 2008, enquanto não se implementava o módulo de cálculo de salários, numa primeira fase foi-se fazendo o pagamento de salário pela via directa, iniciando-se pelo nível central através da transferência dos fundos da CUT até a conta do funcionário, utilizando os dados do e-CAF. Até o

primeiro trimestre de 2010, 102 sectores do nível central e província de Maputo já recebiam os seus salários pela via directa do e-SISTAFE. Porém, o cálculo de salários ainda é feito nos sistemas antigos. A segunda fase seria a de cálculo de salário e posterior pagamento numa única plataforma integrada ao e-SISTAFE e que substituísse os 3 sistemas vigentes.

Dado que até finais de 2009 o processo de aquisição do aplicativo não havia sido concluído por falta de financiamento para tal, por iniciativa e recursos próprios a UTRAFE e o então CPD iniciaram o desenvolvimento de um aplicativo, e-folha, para minimizar o problema pelo menos ao nível da zona sul pois a infra-estrutura já se apresenta bastante obsoleta.

Em Outubro de 2010 foi iniciado o processo de implementação do e-folha ao nível central e até a data 56 unidades do nível central que eram pagas salários via SNV estão sendo pagas através do e-folha.

4.4.2 Análise das Opções de Continuidade

Do processo de aquisição iniciado em 2008 foram adjudicados 4 lotes à empresa ESCOPIL INTERNACIONAL, nomeadamente, módulo de cálculo e processamento de salários no valor de 1.575.381,26 USD módulo de gestão do património do Estado no valor de 579.128,29USD, módulo de procurement no valor de 692.211,64 USD e módulo de administração tributária no valor de 1.046.716,17 USD.

Para todos os módulos, o objecto do concurso é licença do software e formação de desenvolvedores do sistema. O módulo de administração tributária foi adquirido e pago na totalidade entre os exercícios de 2009 e 2010.

Volvidos 2 anos após o lançamento do concurso, por falta de recursos financeiros para pagamento das despesas contractuais dos outros módulos e aliado aos riscos envolvidos por falta dos sistemas para atender a estes processos, a UTRAFE iniciou um processo de desenvolvimento interno do e-folha, bem como do sistema de gestão patrimonial nomeadamente, e-património e e-inventário.

Paralelamente, na esfera do desenvolvimento da Visão das Finanças Públicas 2011-2025 foi decidido quais os sistemas informáticos deveriam ser desenvolvidos internamente e quais poderiam ser comprados no mercado. Pela análise feita os sistemas de gestão do património do Estado e cálculo da folha de salários, pela sua criticidade deverão ser desenvolvimentos internamente.

Por outro lado, a UTRAFE/ CEDSIF tem uma obrigação contractual de assumir as despesas do pagamento das licenças dos módulos de salários, património e procurement.

Da análise feita, três alternativas estavam a vista:

OPÇÃO I - Desenvolver internamente os três módulos, pagar à ESCOPIL e considerar essa despesa um Sunk Cost no valor de **2.846.721,19 USD** (Soma do custo dos tres modulos).

OPÇÃO II - Pagar à Escopil o valor dos três módulos e adequá-los à realidade moçambicana e considerar o custo do desenvolvimento feito internamente, até a data.

OPÇÃO III - Pagar à Escopil o valor dos três módulos (2.846.721,19USD), no entanto solicitar que se faça uma substituição pelo sistema de gestão de recursos humanos completo, e continuar com os desenvolvimentos internos do e-folha, e-património e e-inventário.

Face ao exposto a decisão foi favorável a terceira opção, atendendo que gestão de recursos humanos é um processo complementar das finanças públicas, poderia ser feito na base de sistemas de terceiros.

A negociação feita com a Escopil/ ORACLE culminou com assinatura de uma adenda ao contracto inicial, a qual já tem visto do Tribunal Administrativo, onde está patente que a Escopil irá fornecer licenças do sistema de gestão dos recursos humanos e consultoria necessária para a customização completa do sistema. O custo total da adenda é de 3.994.433,47 USD.

Em finais de 2010 foi pago à Escopil o valor de 1.197.890,50 USD. O remanescente de 2.796.543,47 USD será pago durante 2011, parcialmente, com recursos do DANIDA consignados ao projecto e outros conforme o plano de acção e orçamento a ser aprovado pelo Comité de Parceria.

Com esta decisão, o Governo terá no futuro o sistema de gestão de recursos humanos para gerir todo o ciclo de vida do funcionário público desde a sua contratação até a desvinculação, por morte, aposentação, exoneração, etc. O e-folha, na base dos dados do funcionário provenientes do SGRH, calculará o salário mensal e enviará essa informação ao módulo de execução orçamental do e-SISTAFE para processar o pagamento do salário.

O SGRH é de tamanha importância e urgência, pois, actualmente o e-CAF não regista o histórico do funcionário, sendo assim difícil extrair dados dos funcionários, para análise e tomadas de decisão.

4.4.3 CONCLUSÃO

O CEDSIF reconhece que a decisão de comprar aplicações no mercado, pode não ter sido estudada da melhor maneira, que alguns elementos poderiam ter sido feitos antes de se lançar o concurso, inclusive um estudo muito aprofundado do custo e benefício de comprar versus desenvolver internamente soluções informáticas. Todavia, acredita-se que a decisão agora tomada, retira o CEDSIF da situação de poder causar prejuízos financeiros ao sector privado moçambicano e que assegurou-se o melhor valor ao dinheiro do contracto.

5 APÊNDICE -RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO CEDSIF – 2010

5.1 INTRODUÇÃO

Para a III Fase do projecto UTRAFE/CEDSIF que teve o seu inicio em 2010, o seu respectivo orçamento foi definido no Plano de Acção e Orçamento (APB) para 2010, discutido e aprovado pelo Comité de Parceria do Fundo Comum do e-SISTAFE, na base de novos projectos com suporte em pilares e componentes, como a tabela abaixo ilustra:

Tabela 1. Pilares, Componentes, Projectos

Item	Pilares	Componentes	Projectos	Códigos
1	P1	Restrurar a UTRAFE e CPD	Reestruturação	P1-RUC-RES
2	P1	Restrurar a UTRAFE e CPD	Operações de TI	P1-RUC-OTI
3	P1	Restrurar a UTRAFE e CPD	Plano Mestre de Investimentos de TI	P1-RUC-PMI
4	P1	Desenvolvimento de RH centrais		P1-DRH-DRH
5	P1	Reforçar a Coordenação da GFP		P1-RCG-RCG
6	P2	Aperfeicoar e Desenvolver Quadro Legal, Processos e Metodologias	Modelo de Elaboração de Planeamento	P2-ADQ-MEP
7	P2	Aperfeicoar e Desenvolver Quadro Legal, Processos e Metodologias	Modelo de Patrimonio do Estado	P2-ADQ-MPE
8	P2	Aperfeicoar e Desenvolver Quadro Legal, Processos e Metodologias	Modelo de Salarios e Pensões	P2-ADQ-MSP
9	P2	Aperfeicoar e Desenvolver Quadro Legal, Processos e Metodologias	Modelo de gestão de Informação	P2-ADQ-MGI
10	P2	Aperfeicoar e Desenvolver Quadro Legal, Processos e Metodologias	eTributação	P2-ADQ-eTR
11	P2	Desenvolvimento de modulos informaticos de GFP	Modelo de Elaboração de Planeamento	P2-DMI-MEP
12	P2	Desenvolvimento de modulos informaticos de GFP	Modelo de Patrimonio do Estado	P2-DMI-MPE
13	P2	Desenvolvimento de modulos informaticos de GFP	Modelo de Salarios e Pensões	P2-DMI-MSP
14	P2	Desenvolvimento de modulos informaticos de GFP	Modelo de gestão de Informação	P2-DMI-MGI
15	P2	Desenvolvimento de modulos informaticos de GFP	eTributação	P2-DMI-eTR
16	P3	Desenvolvimento de RH sectorial, territorial		P3-DRH-DRH
17	P3	Prestação de Servirços		P3-PDS-PDS

O presente relatório mostra o orçamento inicial aprovado e revisto, dotação descentralizada, fundos disponibilizados, a execução do Orçamento, análise da execução contra o orçamento aprovado, execução por categoria, execução das DPPF's, fluxo de caixa e por fim análise de execução progressiva do CEDSIF.

5.2 ORÇAMENTO

O orçamento em execução considerado em meticais e USD, é um documento oficial aprovado, no qual apresenta os valores da despesa em grosso modo do Pilar 1, Componente Reestruturação da UTRAFE e CPD e projecto de Operações de TI em 2010.

Tabela 2. Orçamento Inicial em USD

Pilares	Componentes	Projectos	Códigos	APB 2010 - USD
P1	Reestruturar a UTRAFE e CPD	Reestruturação	P1-RUC-RES	700.000,00
P1	Reestruturar a UTRAFE e CPD	Operações de TI	P1-RUC-OTI	14.794.977,64
P1	Reestruturar a UTRAFE e CPD	Plano Mestre de Investimentos de TI	P1-RUC-PMI	2.000.000,00
P1	Desenvolvimento de RH centrais		P1-DRH-DRH	250.000,00
P1	Reforçar a Coordenação da GFP		P1-RCG-RCG	500.000,00
P2	Aperfeicoar e Desenvolver Quadro Legal, Processos e Metodologias	Modelo de Elaboração de Planeamento	P2-ADQ-MEP	
P2	Aperfeicoar e Desenvolver Quadro Legal, Processos e Metodologias	Modelo de Patrimonio do Estado	P2-ADQ-MPE	305.000,00
P2	Aperfeicoar e Desenvolver Quadro Legal, Processos e Metodologias	Modelo de Salarios e Pensões	P2-ADQ-MSP	790.000,00
P2	Aperfeicoar e Desenvolver Quadro Legal, Processos e Metodologias	Modelo de gestão de Informação	P2-ADQ-MGI	195.000,00
P2	Aperfeicoar e Desenvolver Quadro Legal, Processos e Metodologias	eTributação	P2-ADQ-eTR	
P2	Desenvolvimento de modolos informaticos de GFP	Modelo de Elaboração de Planeamento	P2-DMI-MEP	
P2	Desenvolvimento de modolos informaticos de GFP	Modelo de Patrimonio do Estado	P2-DMI-MPE	
P2	Desenvolvimento de modolos informaticos de GFP	Modelo de Salarios e Pensões	P2-DMI-MSP	
P2	Desenvolvimento de modolos informaticos de GFP	Modelo de gestão de Informação	P2-DMI-MGI	
P2	Desenvolvimento de modolos informaticos de GFP	eTributação	P2-DMI-eTR	
P3	Desenvolvimento de RH sectorial, territorial		P3-DRH-DRH	
P3	Prestação de Servirviços		P3-PDS-PDS	
Total				19.534.977,64

Tabela 3. Orçamento Inicial/Orçamento Revisto em MT e USD

Projectos	Orçamento Inicial 2010 ABP		Orçamento Revisto 2010 APB		
	USD	MT	MT	USD	%
1-Restruturação	700.000,00	19.225.091,14	9.366.756,24	317.560,22	48,72%
2-Operações de TI	14.794.977,64	406.335.419,31	424.719.537,57	14.399.224,90	104,52%
3-Plano Mestre de Investimentos de TI	2.000.000,00	48.062.727,85	30.000.000,00	1.017.087,06	62,42%
4-Desenvolvimento de RH centrais	250.000,00	6.866.103,98	1.200.000,00	40.683,48	17,48%
5-Reforçar a Coordenação da GFP	500.000,00	13.732.207,96	8.100.000,00	274.613,51	58,99%
Modelo de Elaboração de Planeamento		-		-	
Modelo de Património do Estado	305.000,00	8.376.646,85	4.690.484,24	159.021,03	55,99%
Modelo de Salários e Pensões	790.000,00	21.696.888,57	26.383.763,47	894.486,15	121,60%
Modelo de gestão de Informação	195.000,00	5.355.561,10	535.560,10	18.157,04	10,00%
eTributação		-	7.179.535,62	243.407,09	
Modelo de Elaboração de Planeamento		-		-	
Modelo de Património do Estado		-		-	
Modelo de Salários e Pensões		-		-	
Modelo de gestão de Informação		-		-	
eTributação		-		-	
		-		-	
Definição da prestação de serviços na Base de demanda		-		-	
Assistencia e Homologação do Sisitema do conselho Municipal de maputo e dos Pequenos 13 Municipios				-	
	19.534.977,64	529.650.646,75	512.175.637,24	17.364.240,48	4,80

Câmbio de Planeamento 29.50

O orçamento inicial em USD foi convertido inicialmente para metical, e face a baixa execução foi realizada a redistribuição em ambas as moedas, com finalidade de responder os objectivos revistos da instituição.

Após várias análises da proposta da revisão geral do orçamento de 2010, no dia 13 de Setembro de 2010, houve a respectiva aprovação por parte da Direcção Geral.

Na execução das despesas, foram unificadas as componentes “Aperfeiçoar e Desenvolver Quadro Legal, Processos e Metodologias” e “Desenvolvimento de módulos informáticos de GFP” em uma componente que é Aperfeiçoar e Desenvolver Quadro Legal, Processos de forma a permitir a classificação simplificada das despesas nas duas componentes.

5.3 DOTAÇÃO DESCENTRALIZADA

Para fazer face a execução das actividades de nível provincial, o 2º Trimestre, na III fase do projecto ex-UTRAFE, foi dotada como estratégia a descentralização de dotações para as DPPFs, conforme a tabela abaixo.

Tabela 4. Dotação Descentralizada para as DPPFs

Beneficiarios da Dotação

DPPF	Valor	USD
Niassa	212,570.00	6,159.66
Cabo Delgado	4,050.00	117.36
Nampula	177,050.00	5,130.40
Zambézia	273,770.00	7,933.06
Tete	252,000.00	7,302.23
Manica	164,250.00	4,759.49
Sofala	92,250.00	2,673.14
I´bane	153,450.00	4,446.54
Gaza	4,050.00	117.36
Total	1,333,440.00	38,639.24
USD	38,639.24	38,639.24
Câmbio 4º Trimestre		
32.89		

5.4 DESEMBOLSOS

Do desembolso realizado durante o ano de 2010, somente a Bélgica desembolou para o período de 2010-2012 e especificamente no mês de Dezembro.

Tabela 5. Desembolsos

	Desembolsos Realizado											USD
	Janeiro	Fevereiro	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Realizado
Desembolsos Realizados	USD	USD	USD	USD	USD	USD	USD	USD	USD	USD	USD	
Saldo anterior	2,366,328.22											2,366,328.22
Governo de Moçambique	2,554,282.21	593,625.39	-	8,150,294.60	(39,785.86)	-	(154,567.70)	(5,564.83)	-	(1,902,873.05)	274,245.70	9,469,656.46
SubTotal Si + Gov	4,920,610.43	593,625.39	-	8,150,294.60	(39,785.86)	-	(154,567.70)	(5,564.83)	-	(1,902,873.05)	274,245.70	11,835,984.68
Autoridade Tributaria (133FCAAT)			417,870.66	167,289.87								585,160.53
Suécia												-
Noruega						18,519.84	1,591,343.09		16,914.87	823,723.23		2,450,501.03
Inglaterra - DFID												-
Bélgica											3,288,982.50	3,288,982.50
Dinamarca			1,252,863.69				32,082.75				1,242,213.98	2,527,160.42
Desembolsos Fundo Comum	-	-	1,252,863.69	-	-	18,519.84	1,623,425.84	-	16,914.87	823,723.23	4,531,196.48	8,851,804.48
Juros												-
Venda de cadernos de encargos (USD)	125.94		35.13		28.98		353.45					543.50
Total (Juros e Venda de cadernos de Encargos)	125.94	-	35.13	-	28.98	-	353.45	-	-	-	-	543.50
Total Desembolsos (Fundo Comum + Governo)	2,554,282.21	593,625.39	1,252,863.69	8,150,294.60	- 39,785.86	18,519.84	1,468,858.14	- 5,564.83	16,914.87	- 1,079,149.82	4,805,442.18	18,321,460.94
Gobal	4,920,736.37	593,625.39	1,670,769.48	8,317,584.48	- 39,756.88	18,519.84	1,469,211.59	- 5,564.83	16,914.87	- 1,079,149.82	4,805,442.18	20,688,332.67

Tabela 6. Desembolsos (cont)

Desembolsos Realizados	Desembolsos em 2010				
	Moeda de Origem	Número/Data do Borderaux	Na Moeda de Origem	EM USD	EM MZM
Governo	MZM	-	312,147,865.50	9,501,223.61	312,147,865.50
Autoridade Tributaria (133FCAAT)	MZM		19,917,149.14	585,160.53	19,917,149.14
Noruega	NOK	0974357 - 08/07/2010		18,519.84	639,304.88
		1134087 - 31/08/2010	10,000,000.00	1,591,343.09	58,370,464.54
		1212792 - 19/10/2010		16,914.87	605,721.49
		1231742 - 22/11/2010		823,723.23	29,184,514.04
Total Noruega		-	10,000,000.00	2,450,501.03	88,800,004.95
Inglaterra - DFID	GBP	-		-	-
Bélgica	EUR	1001480 - 23/12/2010	2,500,000.00	3,288,982.50	109,259,998.65
Dinamarca	DKK	0374683 - 29/04/2010		1,252,863.69	42,685,065.92
		1047081 - 16/08/2010		32,082.75	1,171,662.03
		1180914 - 21/12/2010	7,000,000.00	1,242,213.98	41,465,102.65
Total Dinamarca		-	7,000,000.00	2,527,160.42	85,321,830.60
Itália	EUR	-	-	-	-
EU	EUR	-	-	-	-
TOTAL Parceiros				8,851,804.48	303,298,983.34
Total Geral (Governo + Parceiros)				18,938,188.62	635,363,997.98

Dos desembolsos recebidos, durante o ano de 2010, o da Bélgica reflecte ao período de 2010-2012. E os desembolsos incluem os seguintes valores:

- 18.519,84USD - Este valor faz parte do plano de desembolso da Noruega no ano de 2009, para reembolsar as despesas da deslocação dos consultores do CEDSIF.
- 32.802,75USD - Este valor foi desembolsado pela DANIDA com finalidade de apoio aos treze (13) Municípios – P13 na área de Aperfeiçoamento e Adequação do Sistema de Gestão Municipal (SGM) para as autarquias Moçambicanas.
- 16.914,87USD – Este valor foi financiado pela Noruega para cobrir as despesas da avaliação PEFA.

5.5 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DOS PROJECTOS EM 2010

Em termos gerais a despesa de 2010 foi de **13.174.001,39USD** correspondente a **75.87%** do orçamento revisto e aprovado.

Da execução total de **13.174.001,39USD**, o CEDSIF executou **13,128,322.71 USD** correspondente a **75.61%** e as DPPF's executaram **45.678,68USD**.

Um aspecto importante a destacar é que, o Projecto de Operações de TI suportou todas as despesas do funcionamento corrente da CEDSIF, e que o maior grau de execução da despesa foi realizada no 4º trimestre, como resultado da simplificação do processo de autorização da realização da despesa, que teve como propósito, acelerar a execução da despesa que não foi possível realizar ao longo dos primeiros três trimestres do ano de 2011.

Tabela 7. Execução de 2010

Item	Pilares	Projectos	Orçamento	Execução					Análise	
			APB 2010 REVISTO	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	Total	Diferença do Orçamento Anual e Execução Anual	Grau Execução do Orçamental - (%)
1	P1	Reestruturação	317,560.22	30.94	14,029.37	11,670.20	136,592.99	162,323.50	155,236.72	51.12%
2	P1	Operações de TI	14,399,224.90	2,183,411.46	2,669,343.06	2,061,123.90	4,234,329.61	11,148,208.03	3,251,016.87	77.42%
3	P1	Plano Mestre de Investimentos de TI	1,017,087.06					-	1,017,087.06	0.00%
4	P1	Desenvolvimento de RH centrais	40,683.48					-	40,683.48	0.00%
5	P1	Reforçar a Coordenação da GFP	274,613.51				10,704.89	10,704.89	263,908.62	3.90%
6	P2	Módulo de Elaboração de Planeamento	-					-	-	
7	P2	Módulo de Património do Estado	159,021.03		5,440.23	6,034.22	27,789.09	39,263.54	119,757.49	24.69%
8	P2	Módulo de Salários e Pensões	894,486.15	36,244.25	44,047.45	30,174.04	41,595.09	152,060.83	742,425.32	17.00%
9	P2	Módulo de gestão de Informação	18,157.04					-	18,157.04	0.00%
10	P2	eTributação	243,407.09	79,814.41	296,906.39	34,903.85	6,246.77	417,871.42	(174,464.33)	171.68%
			17,364,240.48	2,299,501.06	3,029,766.50	2,143,906.21	4,457,258.44	11,930,432.21	5,433,808.27	68.71%
Extra Execução								-		
18		DPPFs			8,459.00	24,417.92	12,801.76	45,678.68		
19		Sistema de Gestão de RH					1,197,890.50	1,197,890.50		
			-	-	8,459.00	24,417.92	1,210,692.26	1,243,569.18	-	
Total			17,364,240.48	2,299,501.06	3,038,225.50	2,168,324.13	5,667,950.70	13,174,001.39	5,433,808.27	75.87%

5.5.1.1 Análise da Execução dos Projectos

Em relação aos valores de execução expostos na tabela nº 5, a explicação exaustiva vai para grandes rubricas, bem como a fundamentação do comportamento da despesa por projecto.

a) **Projecto Reestruturação (P1-RUC-RES)** – Esse projecto foi orçado em **317.560,22 USD** e teve uma execução anual de **162.323,50USD** o equivalente a **51.12%** do orçamento aprovado. As maiores despesas provem de pessoal transferido do ex-CPD e enquadrados no CEDSIF até ao final do ano. De forma contínua no ano de 2011, ainda estão a ser enquadrados, os outros que estão distribuídos a nível nacional. Salientar que, a variação que se verifica no custo com pessoal nacional, deve se ao uso de câmbios diferentes que acompanha o comportamento do mercado.

Tabela 8. Execução Orçamental na Reestruturação (P1-RUC-RES)

Pilares	Componente	Projectos	Categorias	Descrição	I Trimestre	II Trimestre	III Trimestre	IV Trimestre	Anual
P1	Restrurar a UTRAFE e CPD	Reestruturação		P1-RUC-RES	30.95	14,029.37	11,670.20	136,592.99	162,323.51
	1		CPT	Capacitação	0.00			120,153.07	120,153.07
	2			Pessoal total (3+4)	0.00	14,029.37	11,670.20	16,439.92	42,139.49
	3		PEN	Nacional		14,029.37	11,670.20	16,439.92	42,139.49
	4		PEI	Internacional					0.00
	5		TRE	Treinamento					0.00
	6		EQP	Equipamento					0.00
	7		EQS	Equipamento de suporte	30.95				30.95
	8		OBR	Obras					0.00
	9		VIG	Viagem					0.00

b) **Projecto Operações de TI (P1-RUC- OTI)** - Este projecto estava orçado em **14.399.224,90 USD** ao ano. Em termos de execução orçamental, situou-se aos **77.42%** o que corresponde a uma execução acumulada de **11.148.208,03USD**. As grandes despesas provem de custo de pessoal. E de outro lado representa o número elevado dos consultores do CEDSIF, contudo, não justifica o custo elevado verificado no pessoal nacional, comparando com internacionais. O outro custo elevado é de equipamento de suporte que é composto no grosso modo de comunicações das TDM,

manutenção de equipamento a nível das províncias, consultorias e auditorias diversas e manutenção de imóvel. O equipamento faz parte de despesas mais elevadas nesse projecto, que permitem o funcionamento do sistema.

Tabela 9. Execução Orçamental na Operações de TI (P1-RUC-OTI).

Pilares	Componente	Projectos	Categorias	Descrição	I Trimestre	II Trimestre	III Trimestre	IV Trimestre	Anual
P1	Restrurar a UTRAFE e CPD	Operações de TI		P1-RUC-OTI	2,183,411.46	2,669,343.06	2,061,123.91	4,234,329.61	11,148,208.04
	1		CPT	Capacitação	44,298.33	14,341.44	60,100.47	42,922.43	161,662.67
	2			Pessoal total (3+4)	1,735,905.90	1,343,336.41	1,610,163.19	1,989,806.80	6,679,212.30
	3		PEN	Nacional	899,073.86	662,634.09	666,527.72	1,032,848.26	3,261,083.93
	4		PEI	Internacional	836,832.04	680,702.32	943,635.47	956,958.54	3,418,128.37
	5		TRE	Treinamento					0.00
	6		EQP	Equipamento	114,800.22	393,925.15	185,489.46	668,279.89	1,362,494.72
	7		EQS	Equipamento de suporte	225,177.15	844,756.15	145,865.36	1,152,093.62	2,367,892.28
	8		OBR	Obras	29,298.95	42,302.26	1,606.04	297,942.70	371,149.95
	9		VIG	Viagem	33,930.91	30,681.65	57,899.39	83,284.17	205,796.12

- c) **Projecto: Reforço a coordenação da GFP (P1-RCG-RCG)** - Este projecto estava orçado em **274.613,51USD** ao ano. Em termos de execução orçamental, situou-se aos **3.90%** o que corresponde a uma execução acumulada de **10.704,89USD**. A única despesa que se verifica neste projecto é de viagem referente a deslocação do pessoal da IGF as províncias com finalidade de proceder a avaliação do uso qualitativo do eSISTAFE e da eficiência do Tesouro.

Tabela 10. Execução orçamental no projecto Reforço a Coordenação da GFP (P1-RCG-RCG)

Pilares	Componente	Projectos	Categorias	Descrição	I Trimestre	II Trimestre	III Trimestre	IV Trimestre	Anual
P1	Reforçar a Coordenação da GFP			P1-RCG-RCG	0.00	0.00	0.00	10,704.89	10,704.89
	1		CPT	Capacitação					0.00
	2			Pessoal total (3+4)			0.00	0.00	0.00
	3		PEN	Nacional					0.00
	4		PEI	Internacional					0.00
	5		TRE	Treinamento					0.00
	6		EQP	Equipamento					0.00
	7		EQS	Equipamento de suporte					0.00
	8		OBR	Obras					0.00
	9		VIG	Viagem				10,704.89	10,704.89

d) **Projecto: Módulo de Património de Estado (P2-ADQ-MPE)**- Este projecto estava orçado em **159,021.03 USD** ao ano e em termos de execução, situou-se aos **24.69%** o que corresponde a **39,263.54 USD** da execução anual do projecto. As grandes despesas provem de pessoal nacional, e maior execução que se observa no 4º trimestre deve se ao aumento de salário verificado em Outubro e o respectivo 13°. Salientar que, neste projecto, a análise de pessoal nacional no 4º trimestre é a mesma em todos projectos.

Tabela 11. Execução Orçamental no Módulo de Património de Estado (P2-ADQ-MPE)

Pilares	Componente	Projectos	Categorias	Descrição	I Trimestre	II Trimestre	III Trimestre	IV Trimestre	Anual
P2	Aperfeiçoar e Desenvolver Quadro Legal, Processos e Metodologias	Modelo de Património do Estado		P2-ADQ-MPE	0.00	5,440.23	6,034.22	27,789.09	39,263.54
	1		CPT	Capacitação					0.00
	2			Pessoal total (3+4)	0.00	5,440.23	6,034.22	27,298.86	38,773.31
	3		PEN	Nacional		5,440.23	6,034.22	27,298.86	38,773.31
	4		PEI	Internacional					0.00
	5		TRE	Treinamento					0.00
	6		EQP	Equipamento					0.00
	7		EQS	Equipamento de suporte					0.00
	8		OBR	Obras					0.00
	9		VIG	Viagem				490.23	490.23

e) **Projecto: Módulo de Salários e Pensões (P2 – ADQ - MSP)** – foi orçado em **894.486,15 USD** ano e teve uma execução acumulada de **152.060,09USD**, o que corresponde a **17.00%**. Este projecto esteve abaixo da sua execução. E o maior volume da despesa é de custo com pessoal e especificamente no último trimestre e no 3º trimestre observou se apenas despesas com pessoal.

Tabela 12. Execução Orçamental no Módulo de Salários e Pensões (P2 – ADQ - MSP)

Pilares	Componente	Projectos	Categorias	Descrição	I Trimestre	II Trimestre	III Trimestre	IV Trimestre	Anual
P2	Aperfeicoar e Desenvolver Quadro Legal, Processos e Metodologias	Modelo de Salarios e Pensões		P2-ADQ-MSP	36,244.25	44,047.45	30,174.04	41,595.09	152,060.83
	1		CPT	Capacitação					0.00
	2			Pessoal total (3+4)	33,212.14	39,709.14	30,174.04	41,480.04	144,575.36
	3		PEN	Nacional	33,212.14	39,709.14	30,174.04	41,480.04	144,575.36
	4		PEI	Internacional					0.00
	5		TRE	Treinamento	1,969.05				1,969.05
	6		EQP	Equipamento					0.00
	7		EQS	Equipamento de suporte	1,063.06	1,434.43		115.05	2,612.54
	8		OBR	Obras					0.00
	9		VIG	Viagem		2,903.88			2,903.88

f) **Projecto: e-Tributação (P2 – ADQ – eTR)** – orçado em **243.407,09 USD** e teve uma execução acumulada de **417.871,42USD** o correspondente a **171,68%**, que foi possível através de saldo inicial positivo e desembolsos atempados de alguns doadores. A maior despesa deste projecto provem dos custos de capacitação realizado em 2009 e não estava orçado em 2010. Significa que a execução de **192.563,97USD** corresponde a uma despesa transitada de 2009 para 2010 e causou uma execução elevada no projecto em causa na ordem de **79,11%**, comparando esta execução com respectivo orçamento. Analisando apenas a execução das despesas previstas no orçamento, o projecto realizou **92.56%**. No geral o projecto e-Tributação realizou despesas acima de **71,68%**.

A variação do custo com pessoal deve se também a uso de câmbios diferentes.

Tabela 13. Execução orçamental no e-Tributação (P2 – ADQ – eTR)

Pilares	Componente	Projectos	Categorias	Descrição	I Trimestre	II Trimestre	III Trimestre	IV Trimestre	Anual
P2	Aperfeicoar e Desenvolver Quadro Legal, Processos e Metodologias	eTributação		P2-ADQ-eTR	79,814.42	296,906.39	34,903.85	6,246.77	417,871.43
	1		CPT	Capacitação		192,563.97			192,563.97
	2			Pessoal total (3+4)	78,806.86	61,190.57	34,903.85	6,246.77	181,148.05
	3		PEN	Nacional	22,777.21	16,190.57	17,576.99	6,246.77	62,791.54
	4		PEI	Internacional	56,029.65	45,000.00	17,326.86		118,356.51
	5		TRE	Treinamento					0.00
	6		EQP	Equipamento		43,151.85			43,151.85
	7		EQS	Equipamento de suporte	1,007.56				1,007.56
	8		OBR	Obras					0.00
	9		VIG	Viagem					0.00

g) **Projecto: Sistema de Gestão de RH (SGRH)** – Sem orçamento, teve uma execução acumulada de **1.197.890,50USD**. A maior despesa deste projecto provém dos custos com licença de software.

Ministério das Finanças
CEDSIF – Centro de Desenvolvimento de Sistemas de Informação de Finanças

Tabela 14. Execução orçamental do Sistema de Gestão de RH (SGRH)

Pilares	Componente	Projectos	Categorias	Descrição	I Trimestre	II Trimestre	III Trimestre	IV Trimestre	Anual
P3				SGRH	0.00	0.00	0.00	1,197,890.50	1,197,890.50
	1		CPT	Capacitação					0.00
	2			Pessoal total (3+4)	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
	3		PEN	Nacional					0.00
	4		PEI	Internacional					0.00
	5		TRE	Treinamento					0.00
	6		EQP	Equipamento				1,197,890.50	1,197,890.50
	7		EQS	Equipamento de suporte					0.00
	8		OBR	Obras					0.00
	9		VIG	Viagem					0.00

5.5.2 Execução por Categorias anual de todos os projectos inscritos/2010

Tabela 15. Execução Orçamental por Categorias

Categoria			I Tr	II Tr	III Tr	IV Tr	Ano
			Valor	Valor	Valor	Valor	Valor
1	CPT	Capacitação	44.298,33	206.905,42	60.100,47	163.075,50	474.379,71
2		Pessoal total (3+4)	1.847.924,89	1.463.705,71	1.692.945,50	2.081.272,39	7.085.848,49
3	PEN	Nacional	955.063,20	738.003,39	731.983,17	1.124.313,85	3.549.363,62
4	PEI	Internacional	892.861,69	725.702,32	960.962,33	956.958,54	3.536.484,88
5	TRE	Treinamento	1.969,05				1.969,05
6	EQP	Equipamento	114.800,22	437.077,01	185.489,46	1.866.170,40	2.603.537,08
7	EQS	Equipamento de suporte	227.278,71	846.190,57	145.865,36	1.152.208,69	2.371.543,33
8	OBR	Obras	29.298,95	42.302,26	1.606,04	297.942,70	371.149,96
9	VIG	Viagem	33.930,91	33.585,53	57.899,39	94.479,26	219.895,10
		Total	2.299.501,06	3.029.766,50	2.143.906,21	5.655.148,95	13.128.322,73

Na execução por categoria e fazendo análise específica nas despesas de equipamento de suporte, as despesas provêm da consultoria, Comunicação, Manutenção de imóvel, Manutenção de equipamento, Segurança, combustível e anúncios.

5.5.3 Execução das DPPF's

O CEDSIF realizou várias transferências de dotações às DPPF's no 2º trimestre de 2010. Das dotações descentralizadas avaliadas em **38.639,24USD**, foi executado **33.935,29USD** do ano corrente.

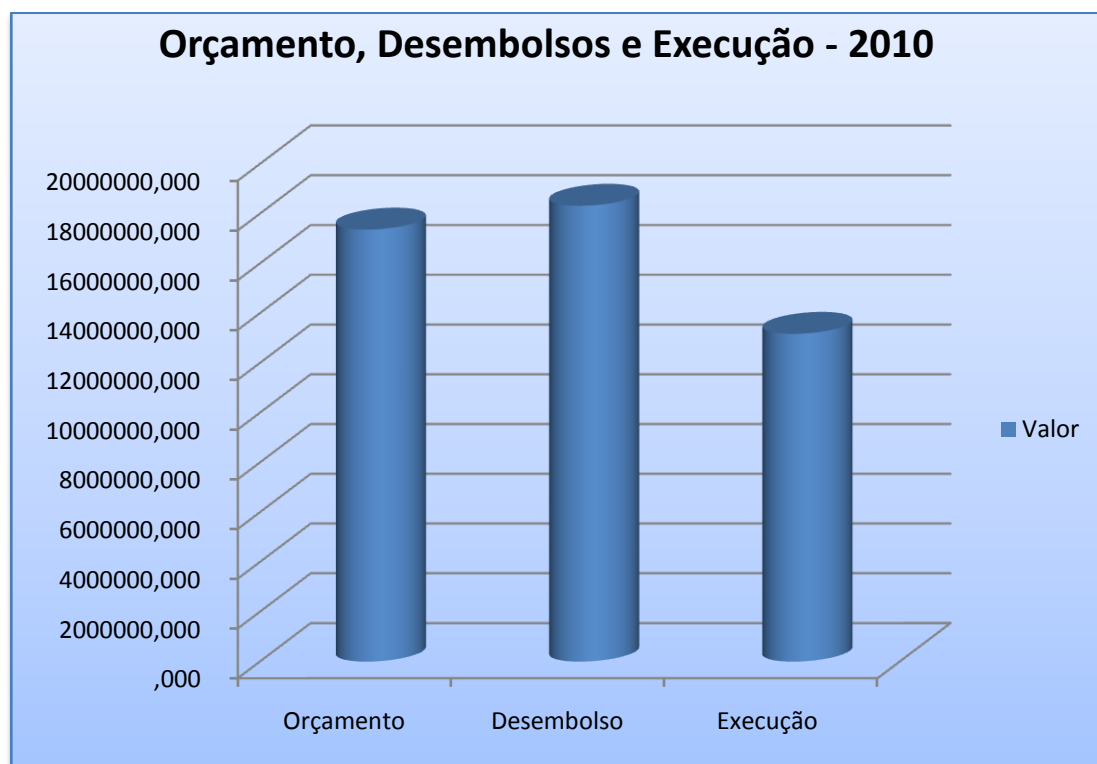
Tabela 16. Execução das DPPFS

Beneficiários da Dotação

DPPF	Valor	USD	Execução 2ºTrimestre Somente	Execução 3ºTrimestre Somente	Execução 4ºTrimestre Somente	Execução Total	Saldo Financeiros
Niassa	212,570.00	6,159.66	118,070.00	70,875.00	1,125.00	190,070.00	1,125.00
Cabo Delgado	4,050.00	117.36	-	-	4,050.00	4,050.00	4,050.00
Nampula	177,050.00	5,130.40	173,850.00	3,200.00	-	177,050.00	-
Zambézia	273,770.00	7,933.06	-	175,015.00	-	175,015.00	-
Tete	252,000.00	7,302.23	-	252,000.00	-	252,000.00	-
Manica	164,250.00	4,759.49	-	140,625.00	15,750.00	156,375.00	15,750.00
Sofala	92,250.00	2,673.14	-	88,800.00	3,450.00	92,250.00	3,450.00
Ílbane	153,450.00	4,446.54	-	147,065.00	6,385.00	153,450.00	6,385.00
Gaza	4,050.00	117.36	-	-	4,050.00	4,050.00	4,050.00
Total	1,333,440.00	38,639.24	291,920.00	877,580.00	34,810.00	1,204,310.00	34,810.00
USD	38,639.24	38,639.24	8,459.00	24,417.92	1,058.38	33,935.29	1,058.38
Câmbio 4º Trimestre							

5.5.4 Orçamento, Desembolsos e Execução de 2010

Gráfico 9. Orçamento, Desembolsos, Execução



5.6 Fluxo de Caixa

Tabela 17. Fluxo de Caixa

UTRAFE / CEDSIF Cash flow

Descrição	Saldo Anual
Primo balance (Saldo inicial) (A)	2.366.328,22
Budgetted (Orçamento)(B)	17.364.240,48
Execution (Execução)(C)	13.128.322,71
Disbursements (Desembolsos)(E)	18.321.460,94
Venda de cardernos de encargo (G)	543,50
Diferença Cambial (I) (-)Positivo , (+)Negativo	-17.924,29
Ultimo balance (Saldo final) (J) =A-C+E+F+G-H-I	7.577.934,25

Dos desembolsos recebidos, durante o ano de 2010, o da Bélgica reflecte ao período de 2010-2012. Os desembolsos incluem os seguintes valores:

- 18.519,84USD - Este valor faz parte do plano de desembolso da Noruega no ano de 2009, para reembolsar as despesas da deslocação dos consultores do CEDSIF.

- 32.802,75USD - Este valor foi desembolsado pela Danida com finalidade de apoio aos treze (13) Municípios – P13 na área de Aperfeiçoamento e Adequação do Sistema de Gestão Municipal (SGM) para as autarquias Moçambicanas.
- 16.914,87USD – Este valor foi financiado pela Noruega para cobrir as despesas da avaliação de PEFA.
- 223.313,02USD – (7.744.765,13MT), este valor no final considerado no apuramento do saldo final do CEDSIF, mais se encontra efectivamente nos saldos da Autoridade Tributária. O considerar o valor acima, deve se pelo facto de Autoridade Tributarias ter transferido dotação a CEDSIF avaliado em 19.917.149,14 MT no ano de 2010. E após a sua execução teve um saldo final em 31/12/10 de 744.765,13 MT.

Ministério das Finanças
CEDSIF – Centro de Desenvolvimento de Sistemas de Informação de Finanças

Tabela 18. Fluxo de Caixa - 1

Descrição	MT	USD	EURO	ZAR
BCI	715,693.65			
BM		939,000.00		
CUT	16,923,601.46	862,762.21	10,900.00	-
Saldo inicial Total de 2010	17,639,295.11	1,801,762.21	10,900.00	-
Entradas/Saídas	MT	USD	EURO	ZAR
Noruega		2,450,501.03		
Dinamarca		2,527,160.42		
Bélgica		3,288,982.50		
Training- Centro de Formação (Devolução)		3,022.06		
Venda de Caderno encargo	32,700.00			
Governo (101 MT)	312,151,546.37			
Governo (101 MT para USD)	(9,082,504.91)	307,881.52		
Governo (101 MT para USD)	(7,567,464.31)	256,524.21		
Governo (101 MT para USD)	(7,568,941.89)	256,574.30		
133FCAAT - recibidos de AT	19,917,149.14			
133FCUTRAFE - Valor enviado a IGF	(2,600,000.00)			
CUT 13/10/10		(14,890.32)		104,000.03
CUT 14/10/10		(2,049.56)		14,064.22
CUT 02/11/10		(1,485.55)		10,255.45
CUT 25/02/10	407,110.14		(10,899.87)	
CUT 17/12/10	49,601,633.10	(1,453,314.77)		
Diversas devoluções/recolha	61,986.72			0.01
Recolha do Governo		(13.45)		
Subtotal de Entradas/Saídas	355,353,214.36	7,618,892.39	(10,899.87)	128,319.71
Execução de 2010	311,336,849.97	3,748,820.05		19,653.68
SubTotal de despesas	311,336,849.97	3,748,820.05	-	19,653.68
Saldo Financeiro final de 2010 (1+2-3)	61,655,659.50	5,671,834.55	0.13	108,666.03
BCI	795,952.75			
BM		5,371,834.58		
CUT	53,514,941.62	299,999.97	0.13	108,666.03
Autoridade Tributaria (133FCAAT)	7,344,765.13			
Saldo Final Total de 2010 de Extratos	61,655,659.50	5,671,834.55	0.13	108,666.03
Diferenças em MT, USD, EURO e ZAR (4-5)	-	-	-	-

Do saldo final que consta no fluxo de caixa de 2010, inclui o valor de PEFA avaliado em 16.914,87USD e 32.802,75USD de P13, que durante o ano não foram executados.

5.7 VALORES EM DÍVIDA**Tabela 19. Valores em Dívida**

Descrição	Moeda	Valor
Vantagens +	EUR	8.420,00
Formação - Oracle University Learning Credits - Taxable	EUR	11.954,80
Formação Core Sprint (8+2 formandos) - Glintt	EUR	10.930,73
Total em Euro		31.305,53
Software Update Licence & Suport 31/Agost/10 30/Agos/11	USD	97.935,47
Treinamento em JAVA para 20 participantes	USD	56.608,00
Total em USD		154.543,47
Cotur - Agencia de viagens	MT	
Transporte e logistica - Renda de Novembro e Dezembro	MT	187.405,92
Total e MT		187.405,92

A Tabela acima refere-se aos valores das facturas e serviços realizados e não pagos em 2010 e que transitam para ser pagos em 2011.

5.8 ANÁLISE PROGRESSIVA DA EXECUÇÃO DO CEDSIF

Ao longo da execução do projecto ex-UTRAFE, a maior e menor execução das despesas realizou se em 2007 e 2004 respectivamente.

Em 2010 observou se a maior taxa cambial nacional, e isso permitiu a apreciação de divisas e depreciação do metical.

Tabela 20. Fluxo de Caixa Progressivo

UTRAFE FLUXOS DE CAIXA

Descrição	2006 (2º Semstre)	2007	2008	2009	2010
Primo balance (Saldo inicial) (A)	599.903,67	1.745.066,33	643.253,41	622.389,68	2.366.328,21
Budgetted (Orçamento)(B)		18.461.474,00	14.576.045,65	13.180.633,04	17.364.240,48
Execution (Execução)(C)	6.836.040,50	19.611.005,45	13.051.296,71	12.740.886,86	13.128.322,71
Arrears (Dívidas)(D)					
Disbursements (Desembolsos)(E)	7.988.424,58	18.368.716,48	13.172.777,57	15.112.052,67	18.321.460,94
Juros (F)	3.590,70	16.570,42		1,94	
Venda de cardenos de encargo (G)	6.282,40	3.371,87	1.916,61	1.448,12	543,50
Valores recolhidos pelo Governo (H)		5.315,77		6.630,49	
IGF (I)				649.355,23	
DPPF's (J)				14.604,94	
Cativo do Governo (k)					
Diferença Cambial (L) (-)Positivo , (+)Negativo	17.094,52	-125.849,53	144.261,20	-41.913,32	-17.924,30
Ultimo balance (Saldo final) (M)=A-C+E+F+G-K-L-H-I-J	1.745.066,33	643.253,41	622.389,68	2.366.328,21	7.577.934,25